ENCICLOPÉDIA
sobre o Desenvolvimento
na Primeira Infância



Cuidados na infância – Educação e cuidados na primeira infância

Atualização Junho 2011
Editor do Tema:
John Bennett, M.Ed., PhD., OECD, França

©2003-2026 ABILIO | CUIDADOS NA INFÂNCIA – EDUCAÇÃO E CUIDADOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Índice

Síntese 6

Cuidados não parentais e seu impacto sobre crianças pequenas (do nascimento até 2 anos de idade) 10
JAY BELSKY, PHD., OUTUBRO 2005

Cuidados não parentais e o desenvolvimento de crianças pequenas (do nascimento até 2 anos de idade) 17
MARGARET TRESCH OWEN, PHD., ABRIL 2004

Políticas de cuidados não parentais: uma perspectiva comparativa 24
RIANNE MAHON, PHD., SETEMBRO 2008

Cuidados não parentais e seu impacto sobre crianças pequenas (de 2 a 5 anos de idade) 31
LIESELOTTE AHNERT, PH.D., MICHAEL E. LAMB, PHD., FEVEREIRO 2004

O impacto de cuidados não parentais sobre crianças pequenas (do nascimento até 2 anos de idade) 38
CAROLLEE HOWES, PHD, NOVEMBRO 2003

Cuidados não parentais e seu impacto sobre crianças desde o nascimento até 2 anos de idade. Comentários sobre Belsky, Howes e Owen 43
BENGT-ERIK ANDERSSON, PHD, NOVEMBRO 2003

Cuidados não parentais e seu impacto sobre crianças de 2 a 5 anos de idade. Comentários sobre McCartney, Peisner-Feinberg, e Ahnert e Lamb 48
W. STEVEN BARNETT, PHD, FEVEREIRO 2004

Sistemas de Educação e Cuidado na Primeira Infância nos países da OCDE: questões de tradição e governança 54

JOHN BENNETT, M.ED., PHD[B], JULHO 2008

Situação atual da pesquisa sobre efeitos de cuidados não parentais 60
KATHLEEN MCCARTNEY, PHD., FEVEREIRO 2004

Cuidados não parentais e seu impacto sobre o desenvolvimento de crianças pequenas 66
ELLEN S. PEISNER-FEINBERG, PHD., FEVEREIRO 2004

Experiência inicial em creche e segurança do apego mãe-bebê 74
JAY BELSKY, PHD., OUTUBRO 2009

Tema financiado por:



Síntese

Qual é sua importância?

O número de mulheres que participam do mercado de trabalho no Canadá aumentou substancialmente nos últimos 25 anos. Segundo o *Statistics Canada*, a taxa de participação de mulheres com filhos entre 3 e 5 anos de idade na força de trabalho aumentou dramaticamente – de 37%, em 1976, para 69%, em 2003.[1]

A necessidade de cuidados não parentais aumentou acompanhando o número crescente de mulheres que ingressam ou retornam ao mercado de trabalho. Em 1996-1997, quase dois milhões de crianças menores de 12 anos participavam de alguma modalidade de cuidado não parental. Cerca de 25% dos bebês menores de um ano de idade e 46% das crianças entre 1 e 5 anos de idade estavam envolvidas em algum tipo de cuidado não parental.[2]

Cuidado não parental pode ser definido como o atendimento prestado à criança em sua casa, na casa de outra pessoa ou em uma instituição, onde recebe cuidados e educação oferecidos por uma pessoa que não é membro de sua família imediata. Os programas de cuidados não parentais variam em termos de projeto, do local onde são desenvolvidos e de nível de qualidade.

A qualidade das instituições de cuidados não parentais é determinada principalmente por *três fatores*:

- baixa proporção adulto/criança;
- profissionais com bom nível de formação e com especialização; e
- ambientes estimulantes.

O que sabemos?

Os estudos que examinam os efeitos de experiências precoces de cuidados não parentais sobre o desenvolvimento de crianças pequenas investigam a *diversidade* da qualidade do cuidado e *diferenças individuais* entre crianças e suas *famílias*. A variação na qualidade do cuidado reflete práticas dos programas, capacitação dos educadores e relações crianças/educador, ao passo que as *diferenças* entre as crianças e as famílias incluem *status* socioeconômico, nível educacional

dos pais, relacionamento entre pais e filhos, temperamento da criança e escolha do tipo de cuidado.

São poucos os estudos que investigaram o nível de qualidade disponível nos Estados Unidos e no Canadá, e é ainda menor o número de estudos que tentaram determinar o nível de qualidade necessário para a otimização do desenvolvimento. Esses poucos estudos sugerem que o *grau de qualidade* necessário para tanto é alto – mais alto do que aquele oferecido pelos arranjos de cuidados disponíveis atualmente na América do Norte.

As evidências sugerem que o cuidado não parental de alta qualidade está associado com *ganhos moderados* em desenvolvimento cognitivo, linguístico e socioemocional das crianças. Associa-se também a aumento de *cooperação e adequação* em relação aos adultos e de interação social com pares de idade. Por outro lado, a participação em arranjos de cuidados de baixa qualidade, com grupos grandes de crianças, durante muitas horas e em ambientes de cuidado instáveis pode ter *impacto negativo* sobre o desenvolvimento infantil. Crianças pequenas que recebem esse tipo de cuidado de baixa qualidade correm *risco* de desenvolver apegos inseguros e *problemas comportamentais* mais graves.

Outras pesquisas demonstram que:

- a *sensibilidade e a responsividade* das mães têm maior impacto sobre o desenvolvimento social e emocional inicial do que experiências precoces de cuidado não parental;
- *crianças matriculadas mais cedo*, antes dos 3 anos de idade, podem vivenciar níveis mais altos de estresse (ansiedade) e comportamentos antissociais;
- a participação em situações de cuidado não parental de boa qualidade pode atuar como um *fator de proteção* para crianças de famílias menos favorecidos e aumentar suas chances de *sucesso acadêmico*.

Fatores familiares influenciam as decisões dos pais sobre a utilização e o tipo de cuidados que escolhem para seus filhos. *Famílias com boas condições socioeconômicas* tendem a escolher cuidados de melhor qualidade para seus filhos.

O que pode ser feito?

As recomendações dos pesquisadores para as políticas de cuidados não parentais focalizam acessibilidade em termos financeiros e em outros aspectos, e cuidados de boa qualidade para

todas as crianças. A possibilidade de uma criança ter *acesso a cuidados de boa qualidade* depende dos recursos materiais e sociais dos pais. Se cuidados de boa qualidade estão associados a melhor desenvolvimento das crianças pequenas, e para que todas as crianças se beneficiem de suas experiência precoces de cuidado não parental, é necessário melhorar a *qualidade geral* dos cuidados. No entanto, será suficiente oferecer cuidados de boa qualidade?

Os pesquisadores têm oferecido informações valiosas sobre os impactos de cuidados não parentais na infância sobre o desenvolvimento, mas são necessários mais *estudos longitudinais* para examinar os resultados no curto e no longo prazo – isto é, influências "adormecidas" – desse tipo de cuidado; e é preciso avaliar quais os tipos de cuidado não parental devem ser promovidos.

Há diferenças entre os países em termos de grau de envolvimento dos governos no provimento de cuidados não parentais. Estudos comparativos sugerem que serviços de cuidado parental de alta qualidade são *integrados* – reúnem creche e jardim de infância – e recebem auxílio substancial dos governos.

São necessárias mais pesquisas para verificar de que forma diferentes graus de centralização ou descentralização afetam esses serviços. No atual contexto globalizado, é necessário investigar também o efeito que o recurso dos *imigrantes como provedores* exerce sobre os serviços de cuidado parental.

Outras recomendações incluem *ajuda monetária* para famílias com bebês e filhos pequenos (licença parental remunerada e prolongada, créditos fiscais por criança). É recomendável também a integração de creche e jardim de infância em serviços administrados por um *único ministério*. Na Suécia, por exemplo, o cuidado parental é incluído no sistema educacional, e os esforços para um provimento de boa qualidade são assegurados por *regulamentação estatal*. O apoio à família também desempenha um papel importante nesse contexto. Entre outras possibilidades, permite que os pais permaneçam em casa enquanto a criança é pequena (licença parental com duração de 12 meses, ficando sob a responsabilidade do governo o pagamento de 80% do salário) ou está doente (o mesmo apoio financeiro recebido na licença parental, caso a criança adoeça na fase pré-escolar). Esses provimentos aliviam significativamente a *preocupação dos pais* quanto a escolhas e arranjos de cuidados parentais.

Para garantir que todas as crianças recebam cuidados da melhor qualidade, as políticas e os regulamentos devem prover e apoiar:

- equipes de bom nível educacional e adequadamente capacitadas;
- relações crianças/adulto elevadas (e atenção ao tamanho e à composição dos grupos);
- baixa rotatividade e boa remuneração dos profissionais;
- qualidade do currículo e acesso a uma diversidade de experiências e relações sociais positivas;
- qualidade do relacionamento entre o cuidador e a criança;
- liderança efetiva;
- um sistema de cuidados integrado e liderado pelo Estado.

O público e todos os níveis do governo precisam atuar com determinação para atribuir as *responsabilidades* pelo provimento de cuidados parentais de boa qualidade. Análises de *custo-benefício* de intervenções revelam relações amplamente positivas, sugerindo que mesmo quando são apenas pequenos ou moderados, os benefícios de cuidados de boa qualidade são suficientemente valiosos para que os governos garantam regulamentação e apoio financeiro em favor de todas as crianças.

Referências

1. Statistics Canada. Women in Canada: Work chapter updates. Ottawa, Ontário: Statistics Canada; 2003. Catalogue no. 89F0133XIE.
2. Statistics Canada. (2000). Women in Canda. Ottawa: Statistics Canada, Catalogue 89-503-XPE. Cited in: Johnson KL, Lero DS, Rooney JA. Work-life compendium 2001: 150 Canadian statistics on woek, family and well-being. Guelph, Ontario: Centre for Families, work and Well-being, University of Guelph; 2001:9,43.

Cuidados não parentais e seu impacto sobre crianças pequenas (do nascimento até 2 anos de idade)

Jay Belsky, PhD.

Birkbeck University of London, Reino Unido

Outubro 2005, Éd. rév.

Introdução

Embora poucos especialistas contemporâneos em desenvolvimento infantil considerem os dois primeiros anos de vida como um período “crítico”, durante o qual são determinados os rumos do desenvolvimento futuro, esse estágio de desenvolvimento ainda é visto por muitos como um período “sensível”, no qual se estabelecem as primeiras trajetórias. Uma vez que trajetórias de desenvolvimento podem ser autoconsolidadoras (se não imunes a mudanças), as experiências que modelam o desenvolvimento inicial têm ramificações importantes, tanto para a ciência como para as políticas sociais. Em especial, as primeiras experiências de criação, entre as quais as experiências de cuidados não maternos, são consideradas por muitos como tendo um papel importante na modelagem das trajetórias iniciais de desenvolvimento.[1]

Do que se trata

Nos últimos 25 anos, os Estados Unidos vivenciaram mudanças importantes nos arranjos de criação de crianças pequenas. Essa transformação decorre, em parte, de mudanças no papel desempenhado pela mulher na sociedade – especialmente mudanças no emprego da mãe em um estágio inicial da vida de seus filhos. Atualmente, a maioria das mulheres norte-americanas que volta ao trabalho depois de ter um filho o faz antes do primeiro aniversário da criança. Dados recentes (de 1998-1999) indicam que 58% das mulheres com filhos menores de um ano estão na força de trabalho.[2] As taxas comparáveis em 1970 e 1985 eram de 27% e 46%, respectivamente.[3] Em conseqüência disso, cuidados não maternos iniciados no primeiro ano de vida tornaram-se praticamente a norma para muitas crianças e suas famílias.

Contexto de pesquisa

Tem havido muito debate em torno daquela que pode ser considerada a questão central de desenvolvimento na era moderna: de que forma a experiência de cuidados não maternos em fase inicial da vida afeta o desenvolvimento da criança? Têm sido propostos diversos pontos de vista, com graus variáveis de sustentação empírica.[4,5] Um deles sugere que, uma vez que o desenvolvimento é modelado em grande parte pelos genes, e não pela experiência, os efeitos de cuidados não maternos, bem como os efeitos de cuidados maternos, serão muito limitados, desde que seja disponibilizado um limiar básico de cuidados "suficientemente bons".[6,7] Outros pesquisadores argumentam que, quando passam muito tempo em situações de cuidados não maternos nos primeiros anos de vida, as crianças tenderão a desenvolver apegos inseguros com os pais e a manifestar níveis aumentados, ainda que não clínicos, de problemas comportamentais de externalização (por exemplo, agressividade ou desobediência).[8-10] Outros ainda alegam que não é a quantidade de cuidados não parentais rotineiros que afeta o desenvolvimento, e sim sua qualidade – isto é, até que ponto os provedores de cuidados não maternos oferecem atenção, afeto e estimulação.[11-13]

Desafios

Não tem sido fácil diferenciar essas perspectivas alternativas por diversas razões, a maioria das quais se relaciona com as limitações da literatura de pesquisa disponível. Para responder às perguntas referentes a efeitos da experiência inicial, as crianças teriam que ser distribuídas aleatoriamente em diferentes condições de criação. Mas a implementação dessa estratégia é virtualmente impossível, uma vez que muito poucos pais concordariam, em nome da ciência, em deixar seus filhos com um cuidador pouco habilitado durante 40 horas por semana desde uma fase inicial do primeiro ano de vida. A alternativa tem sido estudar variações naturais nas experiências de cuidados e determinar de que forma essas experiências se relacionam com diferenças individuais no funcionamento das crianças. Uma vez que crianças que recebem graus diversos de cuidados não maternos, graus diversos de qualidade dos cuidados ou tipos diferentes de cuidado provêm, frequentemente, de famílias que têm características diferentes, os pesquisadores precisam tentar controlar esses tipos de diferenças pré-existentes antes que possam fazer inferências a respeito dos efeitos de cuidados não parentais. Esses controles nem sempre foram aplicados, ou foram considerados apenas até certo ponto. Além disso, poucos estudos examinaram simultaneamente as múltiplas características dos cuidados não parentais, uma vez que a maioria deles focaliza a qualidade ou tipo de cuidado, desconsiderando questões como a quantidade de cuidados ou a idade em que foram iniciados.[10]

Resultados de pesquisas recentes

Diante desses desafios e das limitações das pesquisas anteriores, no início da década de 1990 o governo norte-americano iniciou o maior e mais extenso estudo sobre os efeitos dos cuidados não materno já realizado, intitulado *NICHD Study of Early Child Care* (Estudo sobre Cuidados na Primeira Infância, do Instituto Nacional de Saúde Infantil e Desenvolvimento Humano – NICHD). Famílias de mais de 1.300 crianças (com menos de um mês de idade) provenientes de dez localidades diferentes (embora não representativas da população norte-americana) foram recrutadas para um estudo intensivo sobre experiências de cuidados não maternos. Foram realizadas avaliações extensivas de características familiares, de tal forma que os fatores relativos à família que poderiam criar diferenças entre as crianças pudessem ser controlados estatisticamente antes da análise dos efeitos dos cuidados não parentais. Foram realizadas também avaliações observacionais repetidas e extensivas sobre a qualidade dos cuidados não parentais aos 6, 15, 24, 36 e 54 meses de vida das crianças, *juntamente com* avaliações sobre o desenvolvimento socioemocional e cognitivo nessas idades e nos anos de escola primária. Além disso, foram medidos repetidamente a quantidade de tempo que as crianças ficavam sob cuidados não parentais e o tipo de cuidados vivenciados. Esse formato de pesquisa possibilitou que o estudo do NICHD fosse além dos debates simplistas sobre se cuidados não maternos precoces fazem bem ou mal à criança, de forma a elucidar as condições nas quais os cuidados melhoravam ou prejudicavam os vários aspectos do desenvolvimento.[14]

Até agora os resultados revelam

1. que as crianças tendem um pouco mais a desenvolver apego inseguro com suas mães aos 15 meses de idade quando vivenciaram mais de dez horas semanais de cuidados não maternos no primeiro ano de vida, ou mais de uma condição de cuidados ao longo do primeiro ano, ou cuidados de baixa qualidade juntamente com cuidados maternos pouco sensíveis;[15] no entanto, quando o apego é avaliado novamente aos 36 meses, somente a quantidade de tempo de cuidados não maternos até os 3 anos de idade (isto é, acima de10 horas) continuou a predizer taxas elevadas de apego inseguro (quando coincidia com baixos níveis de sensibilidade materna);[16]

2. que os padrões de interação mãe-criança entre 6 e 36 meses de idade são um pouco menos harmoniosos quando as crianças passam a maior parte do tempo sob qualquer tipo de

cuidado não materno (independentemente de sua qualidade); e que o mesmo ocorre, embora em menor grau, quando os cuidados oferecidos à criança são de qualidade mais baixa do que os cuidados maternos;[16] quando a interação mãe-criança é acompanhada até o primeiro ano da escola, a maior quantidade de tempo sob cuidados não maternos nos primeiros 54 meses de vida continua a ser preditiva de padrões um pouco menos harmoniosos de interação mãe-criança em famílias brancas, e um pouco mais harmoniosos entre famílias negras;[17]

3. que as crianças apresentam níveis mais altos de problemas de externalização (segundo relatos de cuidadores, mães e/ou professores) quando passam mais tempo sob cuidados não maternos na faixa etária de 2 anos a 4 anos e meio, independentemente da qualidade dos cuidados, e que isso ocorre quando a mensuração de problemas comportamentais é feita aos 2 anos de idade, aos 54 meses de idade, na pré-escola e no primeiro ano do ensino fundamental;[18,19] no entanto, esse efeito deixa de ser aparente quando as crianças chegam ao terceiro ano, por volta dos 8 anos de idade – embora, a essa altura, a maior quantidade de tempo sob cuidados não maternos nos primeiros 54 meses de vida seja preditiva de menos competência social e de hábitos mais deficientes de trabalho acadêmico, segundo relatos de professores;[20]

4. que crianças que passam mais tempo em creches também manifestam níveis mais altos de problemas comportamentais, mesmo quando considerado o tempo passado sob qualquer tipo de cuidado não parental, e isso ocorre até a terceira série do ensino fundamental.[19,20]

5. que crianças que vivenciam cuidados não parentais de melhor qualidade apresentam níveis um pouco mais altos de funcionamento cognitivo-linguístico aos 2, 3, 4 e 5 anos de idade.[20,24]

Conclusões

Sob certos aspectos, todas as perspectivas aparententemente concorrentes destacadas acima a respeito dos efeitos de cuidados não parentais recebem apoio no estudo no NICHD e em pesquisas relacionadas.[1,5,10] Em primeiro lugar, a colocação de crianças em uma condição média de cuidados não maternos durante muitas horas, efetivamente, parece estar associada a algum risco (modesto) para o desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à relação mãe-

criança (até o primeiro ano do ensino fundamental, para crianças brancas), a problemas de comportamento (até o primeiro ano), e à competência social e hábitos de trabalho acadêmico (no terceiro ano); e esses resultados não são simples subprodutos de cuidados parentais de má qualidade. Em segundo lugar, confirmando mais de duas décadas de pesquisa, o desenvolvimento cognitivo-linguístico parece ser (em certa medida) favorecido por cuidados não parentais de alta qualidade. Mas, em terceiro lugar, em nenhum caso esses efeitos dos cuidados não parentais, ou os efeitos relacionados ao tipo de cuidado (isto é, o cuidado em creches associado a maior competência cognitivo-linguística *e também* a mais problemas comportamentais) são particularmente significativos. Na verdade, os efeitos são frequetemente muito reduzidos em comparação com os efeitos de fatores e processos familiares (por exemplo, renda, sensibilidade materna, depressão materna, presença paterna).

Implicações para políticas e serviços

O fato de, aparentemente, um número crescente de crianças passar períodos de tempo cada vez mais longos e em idade cada vez mais baixa em arranjos de cuidados não parentais, cuja qualidade é frequentemente questionável, sugere que, mesmo quando de magnitude modesta, os efeitos relacionados à qualidade, quantidade e tipo de cuidado não devem ser menosprezados.[23] Afinal, efeitos pequenos – sejam eles positivos ou negativos – sobre muitas crianças podem ter consequências bem maiores para a sociedade do que efeitos significativos sobre poucas crianças.[24] Isto posto, os efeitos modestos de cuidados não parentais detectados no estudo do NICHD e em outras pesquisas talvez não impliquem recomendações imediatas para uma família individualmente, ou para uma criança, diante da necessidade de decidir sobre a criação dos filhos e de cuidados na infância. No entanto, do ponto de vista de políticas públicas, os resultados do estudo do NICHD, ao lado de outros estudos, fornecem elementos para que se recomende:

1. a extensão da duração de licenças maternidade/paternidade (preferivelmente remuneradas) até os padrões praticados em alguns países escandinavos;

2. que as políticas fiscais deem apoio a famílias que estão criando filhos pequenos, de forma a permitir que os pais tenham a liberdade de fazer os arranjos que considerem mais adequados para seus filhos, reduzindo assim a coerção econômica que força muitos pais a entregar, a contragosto, os cuidados de seus filhos a outras pessoas;

3. que, dados os benefícios evidentes de cuidados não parentais de boa qualidade, são necessários mais serviços desse tipo. Sem dúvida, todas essas recomendações já seriam justificáveis simplesmente com base em motivos humanitários.[10]

Referências

1. Schonkoff JP, Phillips DA, eds. *From neurons to neighbourhoods: The science of early childhood development*. Washington, DC: National Academy Press; 2000.
2. U.S. Census Bureau. Statistical abstract of the United States. Washington, DC: U.S. Government Printing Office; 1999. Available at: http://www.census.gov/prod/www/statistical-abstract-us.html. Accessed October 28, 2003.
3. Kamerman SB. Parental leave policies: An essential ingredient in early childhood education and care policies. *Social Policy Report* 2000;14(2):3-15.
4. Fox N, Fein GG, eds. *Infant day care: The current debate*. Norwood, NJ: Ablex; 1990.
5. Lamb ME. Nonparental child care: Context, quality, correlates, and consequences. In: Sigel IE, Renninger KA, eds. *Child Psychology in Practice*. New York, NY: J. Wiley; 1998:73-134. Damon W, ed-in-chief. Handbook of Child Psychology. 5th ed; vol 4.
6. Scarr S. American child care today. *American Psychologist* 1998;53(2):95-108.
7. Deater-Deckard K, Pinkerton R, Scarr S. Child care quality and children's behavioral adjustment: A four-year longitudinal study. *Journal of Child Psychology & Psychiatry & Allied Disciplines* 1996;37(8):937-948.
8. Bates JE, Marvinney D, Kelly T, Dodge KA, Bennett DS, Pettit GS. Child care history and kindergarten adjustment. *Developmental Psychology* 1994;30(5):690-700.
9. Belsky J. The "effects" of infant day care reconsidered. *Early Childhood Research Quarterly* 1988;3(3):235-272.
10. Belsky J. Emanuel Miller Lecture: Developmental risks (still) associated with early child care. *Journal of Child Psychology & Psychiatry & Allied Disciplines* 2001;42(7):845-859.
11. Burchinal MR, Roberts JE, Nabors LA, Bryant DM. Quality of center child care and infant cognitive and language development. *Child Development* 1996;67(2):606-620.
12. Howes C, Phillips DA, Whitebook M. Thresholds of quality: Implications for the social development of children in center-based child care. *Child Development* 1992;63(2):449-460.
13. Phillips D, McCartney K, Scarr S, Howes C. Selective review of infant day care research: A cause for concern. *Zero to Three* 1987;7(3):18-21.
14. NICHD Early Child Care Research Network. *Child care and child development: Results from the NICHD study of early child care and youth development*. New York, NY: Guildford Press; 2005.
15. NICHD Early Child Care Research Network. The effects of infant child care on infant-mother attachment security. *Child Development* 1997;68(5):860-879.
16. NICHD Early Child Care Research Network. Child-care and family predictors of preschool attachment and stability from infancy. *Developmental Psychology* 2001;37(6):847-862.
17. NICHD Early Child Care Research Network. Early child care and mother-child interaction from 36 months through first grade. *Infant Behavior and Development* 2003;26(3):345-370.

18. NICHD Early Child Care Research Network. Early child care and self-control, compliance and problem behavior at twenty-four and thirty-six months. *Child Development* 1998;69(4):1145-1170.

19. NICHD Early Child Care Research Network. Does amount of time spent in child care predict socioemotional adjustment during the transition to kindergarten? *Child Development* 2003;74(4):976-1005.

20. NICHD Early Child Care Research Network. Early child care and children's development in the primary grades: Follow-up results from the NICHD Study of Early Child Care. *American Educational Research Journal* 2005;43:537-570.

21. NICHD Early Child Care Research Network. The relation of child care to cognitive and language development. *Child Development* 2000;71(4):960-980.

22. NICHD Early Child Care Research Network. Child-care structure → process →outcome: Direct and indirect effects of child care quality on young children's development. *Psychological Science* 2002;13(3):199-206.

23. NICHD Early Child Care Research Network. Early child care and children's development prior to school entry: Results from the NICHD study of Early child care. *American Educational Research Journal* 2002;39(1):133-164.

24. NICHD Early Child Care Research Network. Does quality of child-care affect child outcomes at age 4 ½? *Developmental Psychology* 2003;39(3):451-469.

A elaboração deste documento foi apoiada por um acordo cooperativo com o Instituto Nacional de Saúde da Criança e Desenvolvimento Humano dos Estados Unidos da América (*U.S. National Institute of Child Health and Human Development* - U10-HD25420). O autor agradece a todos os pesquisadores que colaboraram para o *NICHD Study of Early Child Care.*

Cuidados não parentais e o desenvolvimento de crianças pequenas (do nascimento até 2 anos de idade)

Margaret Tresch Owen, PhD.

University of Texas at Dallas, EUA

Abril 2004

Introdução

Dada a importância atribuída aos cuidados maternos no ideário cultural[1] e nas teorias psicológicas,[2] e o papel assumido no mercado de trabalho por um número crescente de mulheres com filhos muito pequenos, tem havido uma preocupação generalizada com os efeitos de cuidados não maternos para crianças pequenas, especialmente para os bebês.

Do que se trata

As taxas de emprego de mães de crianças pequenas e em idade pré-escolar triplicaram nos Estados Unidos desde 1969. De fato, a maioria das mulheres americanas com filhos menores de 3 anos passa parte de seu tempo no trabalho, e seus filhos recebem cuidados não maternos por períodos de tempo consideráveis. Depender de cuidados não maternos a partir do primeiro ano de vida tornou-se norma.[3,4] O número de horas semanais de emprego remunerado também aumentou entre as mães, acompanhando o número de horas de cuidados não parentais. Em 1998, 32% das mulheres com filhos menores de 5 anos trabalhavam em tempo integral durante o ano inteiro, em comparação com 7% em 1969. Os filhos pequenos de mães não empregadas também recebem rotineiramente cuidados não parentais.[3] Os números da Pesquisa Nacional Domiciliar sobre Educação, realizada em 1999, indicaram que, nos Estados Unidos, 53% das crianças de um ano de idade e 57% das crianças de 2 anos estavam sistematicamente sob cuidados não parentais (segundo tabulações relatadas por Shonkoff e Phillips[5]). Existem efeitos sistemáticos sobre crianças pequenas cuja experiência de cuidados não parentais ocorre nos dois primeiros anos de vida?

Problemas

Para compreender os efeitos dos cuidados não parentais na primeira infância, devemos abordar com cautela diversas facetas dessa experiência – a quantidade, o tipo e a qualidade do cuidado oferecido, a idade em que é iniciado, e a questão de estabilidade ou mudanças quanto aos cuidados e aos cuidadores. Além disso, os efeitos dos cuidados não parentais podem depender de características individuais das crianças (especialmente temperamento e gênero) e das famílias – (como renda, atitudes em relação ao trabalho, e qualidade do cuidado parental). Por exemplo, maior número de horas ou mudanças frequentes na forma de prestação dos cuidados podem ser prejudiciais para crianças com certas características de temperamento, porém benéficas ou benignas para outras. A mensuração dos efeitos do cuidado não parental na primeira infância deve basear-se, em grande medida, em formatos de pesquisa correlacionais, não experimentais, e que façam distinção entre os verdadeiros efeitos do cuidado não parental precoce e as diferenças entre as famílias que utilizam esses serviços.

Cuidados não parentais e o desenvolvimento de crianças pequenas (do nascimento até 2 anos de idade)No início da década de 1990, o NICHD (*National Institute for Child Health and Human Development – Instituto Nacional de Saúde da Criança e Desenvolvimento Humano*) iniciou o Estudo sobre Cuidados na Primeira Infância – um estudo longitudinal de larga escala com crianças e suas famílias. As crianças foram monitoradas para investigar os efeitos, no curto e no longo prazo, de experiências de cuidados por meio do acompanhamento desde o nascimento, de uma amostra de mais de 1.200 crianças de todas as partes do país. Esse estudo examinou cuidadosamente as características dos contextos de cuidados não parentais escolhidos pelas famílias das crianças, as características das famílias, as experiências das crianças dentro da família, e múltiplos aspectos dos resultados de desenvolvimento ao longo do tempo (ver um panorama abrangente em NICHD *Early Child Care Research Network*[6]). As famílias eram representativas das várias populações locais a partir das quais foram recrutadas. A maioria das crianças vivenciou cuidados não parentais já no começo do primeiro ano de vida.[3] A maior utilização de cuidados não parentais na infância relacionou-se fortemente com fatores econômicos da família, mas educação, personalidade e crenças das mães, bem como tamanho da família também estavam associados à utilização desse recurso. Uma grande variedade de tipos de cuidado foi utilizada na primeira infância, incluindo creches, cuidado por famílias cuidadoras, cuidado por parentes, cuidado em casa e cuidado paterno. Tanto famílias de baixa renda quanto de alta renda utilizaram creches de boa qualidade; o cuidado de boa qualidade nos lares foi associado a rendas mais altas.

Contexto de pesquisa

Pesquisas recentes enfatizaram os efeitos de longo prazo das influências ambientais no início da vida5 e sua importância para a segurança emocional, o desenvolvimento cognitivo e as habilidades de aprendizagem. De fato, os efeitos de cuidados não parentais devem ser abordados por meio do exame da natureza da experiência de cuidado e de experiências familiares concomitantes. A pesquisa inicial sobre os efeitos do cuidado não parental ignorou amplamente aspectos tendenciosos de seleção, que talvez ainda estejam subcontrolados nas pesquisas. Mas as tentativas de deslindar os efeitos da família e os efeitos do cuidado não parental também podem levar à subestimação dos efeitos do cuidado não parental,[5,7] tendo em vista os efeitos recíprocos entre cuidado não parental e famílias. Assim, durante a última década, a pesquisa sobre os efeitos do cuidado não parental sobre bebês e crianças pequenas baseou-se em um modelo ecológico de desenvolvimento, que aborda as influências ambientais na família e nos contextos de cuidado não parental, levando em conta também características da criança e de que maneira experiências em um contexto podem modelar os efeitos de experiências em outro contexto.

Questões-chave de pesquisa

As preocupações generalizadas com os efeitos de cuidados não maternos rotineiros nos dois primeiros anos de vida da criança focalizaram principalmente a forma pela qual essas experiências poderiam afetar o relacionamento entre a mãe e a criança em desenvolvimento, mas abordaram também os efeitos sobre desenvolvimento linguístico e cognitivo, competências sociais, problemas de comportamento, e relações com pares de idade. Um foco adicional foi a preocupação com relação à possibilidade de que os pais percam influência sobre o desenvolvimento de seus filhos quando cuidadores não parentais proveem diariamente quantidades significativas de cuidado.

Resultados de pesquisas recentes

Cuidados não parentais na infância e relacionamento entre a mãe e o bebê. O estudo do NICHD sobre cuidados na primeira infância é considerado a investigação mais completa já realizada sobre os efeitos de cuidados não parentais sobre o apego mãe-bebê. Ao contrário dos resultados de meta-análises da literatura anterior, que focalizam apenas os efeitos da quantidade de cuidado oferecido, sem controlar adequadamente para efeitos de seleção, o estudo do NICHD

verificou que diversos aspectos da experiência de cuidado não parental (quantidade, idade de início e qualidade, e estabilidade da experiência da criança) não mostravam associação com a segurança dos apegos mãe-bebê ou a maior probabilidade de apegos esquivos, exceto quando as mães eram relativamente insensíveis em suas interações com seus filhos.[8] Para essas crianças, experiências extensivas de cuidado não parental, cuidado de baixa qualidade e maior número de mudanças nos arranjos de cuidados revelaram associação com maior probabilidade de desenvolver apegos inseguros com suas mães. O preditor mais forte de segurança do apego mãe-bebê, independentemente das experiências da criança com cuidado não parental, foi a sensibilidade da mãe ao cuidar do bebê (incluindo atenção positiva em relação ao bebê, responsividade e ausência de intromissão ou hostilidade), o que sugere que, mais do que a ausência da mãe ou as experiências de cuidado não parental em si mesmas, é a qualidade das interações mãe-criança que determina a qualidade do apego.

Um estudo recente envolvendo crianças israelitas indicou que as experiências de bebês em creches de muito baixa qualidade estavam associadas a taxas mais altas de apego inseguro mãe-bebê,[9] independentemente da sensibilidade da mãe ao cuidar dos filhos. De modo geral, a qualidade do cuidado observado em creches israelitas era pior do que aquela observada normalmente em creches nos Estados Unidos – o que enriquece nosso conhecimento a respeito das associações entre condições de cuidado não parental e relação mãe-criança.

Outra evidência do estudo do NICHD indica que o cuidado não parental tem alguma relação com a habilidade da mãe de responder a seu filho com sensibilidade e o envolvimento positivo da criança com a mãe nas interações mãe-criança. Crianças que tinham experiência um pouco maior de cuidado não parental tinham mães um pouco menos sensíveis em relação a elas e, consequentemente, envolviam-se de forma menos positiva nas interações com suas mães.[10] No entanto, as mães eram mais sensíveis quando as crianças estavam frequentando creches de melhor qualidade. Esses efeitos sutis não foram encontrados de maneira consistente em diferentes pesquisas, mas outros estudos raramente examinaram um grupo tão grande e diversificado de crianças com controles tão cuidadosos, e não observaram as interações mãe-criança no decorrer dos anos pré-escolares.

Alguns estudos verificaram que experiências de cuidado não parental parecem enfraquecer as associações entre relações genitor-criança e o desenvolvimento da criança.[11-13] No entanto, evidências recentes extraídas do estudo do NICHD e de outros estudos indicaram que as famílias continuam a fazer diferença, e que as influências familiares são consistentemente mais fortes e

mais diversificadas do que os efeitos de cuidados não parentais sobre o desenvolvimento da criança.[14-17]

Efeitos sobre cognição e linguagem. Têm sido consistentemente demonstradas associações positivas entre o cuidado não parental de melhor qualidade e maior desenvolvimento cognitivo e de linguagem nos dois primeiros anos de vida da criança, mesmo depois de consideradas as associações com fatores de seleção das famílias e outros aspectos correlatos potencialmente interferentes, tais como estimulação positiva recebida em casa e habilidades de linguagem da mãe.[18-20] Além disso, verificou-se que maior experiência com cuidados em creche está relacionada ao melhor desenvolvimento da linguagem (maior produção linguística) aos 15 e 24 meses, bem como melhor desenvolvimento cognitivo aos 2 anos de idade, controlando-se fatores familiares e a estimulação linguística no contexto de cuidados.[20]

Efeitos sobre relações com pares de idade, adequação e problemas comportamentais. De maneira geral, a experiência de cuidado não parental nos primeiros anos é acompanhada por maior exposição a pares em idades precoces e pela possibilidade de associação de efeitos sobre competências iniciais com pares. De fato, maior experiência em contextos de cuidado com outras crianças associa-se a habilidades positivas com os pares nesses contextos, mas também com avaliações de negatividade pelos cuidadores.[6] O efeito do cuidado não parental sobre a adequação da criança e em termos de problemas comportamentais é controvertido, mas bastante consistente. Maior número de horas de cuidado não parental, cuidado coletivo com muitos pares de idade e cuidado não parental de qualidade precária têm sido relacionados a aumento de problemas comportamentais a partir dos 2 anos de idade; cuidados de melhor qualidade foram associados a cooperação e adequação em relação a adultos e a habilidades de interação social em crianças de 2 anos de idade [21,22]

Conclusões

As associações positivas entre cuidado não parental de boa qualidade e uma variedade de resultados positivos nos dois primeiros anos de vida estão entre as descobertas da ciência do desenvolvimento com maior potencial de implicações. O cuidado não parental de alta qualidade – sob a forma de cuidado responsivo e estimulante – está associado ao melhor desenvolvimento cognitivo e de linguagem, relações positivas com pares de idade, adequação em relação a adultos, menos problemas comportamentais e melhores relações mãe-filho. Embora tenham sido encontradas menos relações consistentes com diferentes tipos de experiências de cuidado, o

cuidado em creches parece ser benéfico para o desenvolvimento cognitivo das crianças – embora também possa estar associado a relações sociais problemáticas. Salvo quando de qualidade precária, o cuidado não parental, em si mesmo, não parece prejudicar a segurança do apego mãe-bebê; no entanto, em algumas condições, há indícios de que essa relação possa ser mais vulnerável.

Implicações para políticas e serviços

Nos Estados Unidos, a maioria das crianças pequenas tem experiências de cuidado não parental a partir de uma idade bastante precoce. Implicações da pesquisa sobre os efeitos do cuidado não parental apontam claramente para a importância do provimento de cuidados de alta qualidade e de acesso dos pais a esses cuidados. Cuidados não parentais de má qualidade podem ser prejudiciais para o desenvolvimento saudável da criança e para suas relações com os pais, ao passo que cuidados de boa qualidade parecem ser benéficos para seu desenvolvimento e suas relações. A pesquisa não aponta com clareza implicações quanto ao tipo de cuidado que deve ser promovido, e que deve constituir a opção dos pais para seus filhos pequenos. Na verdade, os benefícios da creche para o desenvolvimento cognitivo e de linguagem podem ser acompanhados por problemas de desenvolvimento social, mesmo quando o cuidado é de alta qualidade. Os efeitos do cuidado não parental manifestam-se nos dois primeiros anos de vida, e podem vir a adquirir maior significado por meio do exame de resultados posteriores do desenvolvimento no contexto de experiências na família e de cuidado não parental.

Referências

1. Steiner GY. *The futility of family policy.* Washington, DC: Brookings Institution; 1981.
2. McCartney K, Phillips D. Motherhood and child care. In: Birns B, Hays DF, eds. *The different faces of motherhood. Perspectives in developmental psychology.* New York, NY: Plenum Press; 1988:157-183.
3. NICHD Early Child Care Research Network. *Child care in the first year of life.* Merrill-Palmer Quarterly 1997;43(3):340-360.
4. Employment characteristics of families. Table 6. Employment status of mothers with own children under 3 years old by single year of age of youngest child, and marital status, 2001-02 annual averages. Washington, D.C.: Bureau of Labor Statistics, U.S. Department of Labor 2000. Available at: http://www.bls.gov/news.release/famee.t06.htm. Accessed April 09, 2004.
5. Shonkoff JP, Phillips DA, eds. *From neurons to neighborhoods: The science of early childhood development.* Washington, DC: National Academy Press; 2000.
6. NICHD Early Child Care Research Network. Child care and children's peer interaction at 24 and 36 months: The NICHD Study of Early Child Care. *Child Development* 2001;72(5):1478-1500.
7. Blau DM. The effect of income on child development. *Review of Economics and Statistics* 1999;81(2):261-276.

8. NICHD Early Child Care Research Network. The effects of infant child care on infant-mother attachment security: Results of the NICHD study of early child care. *Child Development* 1997;68(5):860-879.
9. Sagi A, Koren-Karie N, Gini M, Ziv Y, Joels T. Shedding further light on the effects of various types and quality of early child care on infant-mother attachment relationship: The Haifa Study of Early Child Care. *Child Development* 2002;73(4):1166-1186.
10. NICHD Early Child Care Research Network. Child care and mother-child interaction in the first three years of life. *Developmental Psychology* 1999;35(6): 1399-1413.
11. Egeland B, Hiester M. The long-term consequences of infant day-care and mother-infant attachment. *Child Development* 1995;62(2):474-485.
12. Jaeger E, Weinraub M. Early nonmaternal care and infant attachment: In search of process. *New Directions for Child Development* 1990;49(Fall):71-90.
13. Oppenheim D, Sagi A, Lamb ME. Infant adult attachments on the kibbutz and their relation to socioemotional development 4 years later. *Developmental Psychology* 1988;24(3):427-433.
14. Clarke-Stewart KA, Gruber CP, Fitzgerald LM. *Children at home and in day care*. Hillsdale, NJ: L. Erlbaum Associates; 1994.
15. NICHD Early Child Care Research Network. Relations between family predictors and child outcomes: Are they weaker for children in child care? *Developmental Psychology* 1998;34(5):1119-1128.
16. NICHD Early Child Care Research Network. Parenting and family influences when children are in child care: Results from the NICHD Study of Early Child Care. In: Borkowski J, Ramey S, Bristol-Power M., eds. *Parenting and the child's world: Influences on intellectual, academic, and social-emotional development.* Mahwah, NJ: Erlbaum; 2001b:99-123.
17. NICHD Early Child Care Research Network. Parenting and family influences when children are in child care: Results from the NICHD Study of Early Child Care. In: Borkowski JG, Ramey SL, Bristol-Power M, eds. *Parenting and the child's world: Influences on academic, intellectual, and social-emotional development.* Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates; 2002:99-123. Monographs in parenting.
18. Burchinal MR, Roberts JE, Nabors LA, Bryant DM. Quality of center child care and infant cognitive and language development. *Child Development* 1996;67(2):606-620.
19. Galinsky E, Howes C, Kontos S, Shinn M. *The study of children in family child care and relative care: Highlights of findings*. New York, NY: Families and Work Institute; 1994.
20. NICHD Early Child Care Research Network. The relation of child care to cognitive and language development. *Child Development* 2000;71(4):960-980.
21. Lamb, M. Nonparental child care: context, quality, correlates, and consequences. In: Damon W, ed. *Handbook of child psychology: Child psychology in practice*. New York: John Wiley & Sons; 1998: 73-134.
22. NICHD Early Child Care Research Network. Early child care and self-control, compliance, and problem behavior at twenty-four and thirty-six months. *Child Development* 1998;69(4):1145-1170.

Políticas de cuidados não parentais: uma perspectiva comparativa

Rianne Mahon, PhD.

Chancellor's Professor and Director, Institute of Political Economy, Carleton University, Canada

Setembro 2008

Introdução

O reconhecimento crescente da importância do cuidado não parental foi acompanhado pela aceitação também crescente da necessidade de alguma forma de apoio governamental. No entanto, tal como variam os motivos subjacentes ao aumento da demanda por cuidados não parentais, varia também o envolvimento dos governos. A análise comparativa desses padrões de escolha pode contribuir para a identificação das melhores práticas.

Do que se trata

Décadas de pesquisas comparativas resultaram em um consenso geral sobre os requisitos básicos de um bom sistema de cuidados não parentais e no reconhecimento de que a criação desse sistema requer apoio governamental. A análise comparativa de políticas mostra que poucos países, por exemplo, Dinamarca e Suécia, aproximam-se do ideal. Em outros países, há "ilhas de excelência" – por exemplo, Emilia Romagna, na Itália. No entanto, muitos sistemas oferecem muito menos, e desenvolvimentos recentes sugerem que a tendência não é necessariamente de progressos em direção ao ideal.

Questões

Há um consenso bastante generalizado na comunidade de pesquisa quanto às seguintes questões centrais:

1. o sistema deve ser acessível. Nenhuma criança deveria ser excluída por questões de renda, *status* de emprego dos pais, local de residência ou cidadania formal. No entanto, em muitos sistemas o acesso é problemático, uma vez que há problemas de espaço insuficiente ou, para muitas famílias, os custos constituem uma barreira para cuidados de qualidade;

2. o programa deve ter alta qualidade. Inúmeros estudos documentaram a importância de cuidados não parentais de boa qualidade, que se traduzem em: um ambiente físico saudável, seguro e estimulante; em proporções adequadas de crianças/profissionais; e em um programa pedagógico que reconheça a criança como agente no aqui e agora. O atendimento a essas condições requer investimento público, não apenas para tornar o sistema financeiramente acessível, mas também para oferecer uma equipe capacitada e adequadamente remunerada;

3. o programa deve ser abrangente. Além de promover acesso universal, o sistema deve reconhecer a diversidade de necessidades e respeitar as diferenças culturais e linguísticas da população, o que também exige envolvimento do governo. O cumprimento desses objetivos, por sua vez, depende do estabelecimento de uma estrutura efetiva de governança, de forma a enfrentar os desafios de integração, coordenação e diversidade local.

Contexto de pesquisa

As primeiras pesquisas sobre políticas de cuidado não parental foram realizadas com o patrocínio da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE) na década de 1979. Outras pesquisas sobre políticas aplicadas foram conduzidas na década de 1990 pela importante, porém efêmera, Rede da Comissão Europeia sobre Cuidados na Infância, além de iniciativas mais recentes da OCDE. Na década de 1990, o interesse acadêmico no assunto difundiu-se para além dos especialistas em desenvolvimento na primeira infância, à medida que pesquisadores feministas do estado de bem-estar social chamaram a atenção para os desafios criados pela crescente “crise de cuidados”. Uma linha independente de investigação salientou o desenvolvimento de “cadeias globais de cuidados,”[1] isto é, o recrutamento de mulheres vindas de países do Sul (ou do Leste Europeu) para prover cuidados nos lares de famílias da Europa Ocidental e da América do Norte.

Questões de pesquisa

De que diferentes formas os governos modelam o âmbito e a qualidade dos arranjos de cuidado não parental? De que maneiras os vários países responderam aos desafios de governança? Por fim, em que medida os governos recorreram ao recrutamento por meio de canais globais para

atender à demanda crescente por cuidados não parentais?

Resultados de pesquisa

As primeiras pesquisas realizadas com o patrocínio da OCDE salientaram a necessidade de integrar o *cuidado em creches* – um serviço oferecido originalmente para crianças cujas mães precisavam trabalhar para manter a renda da família – e dos *jardins de infância* – educação pré-escolar normalmente para crianças de 3 a 6 anos de idade, em geral em tempo parcial e, em muitos países, amplamente disponível para famílias de alta renda.[2,3,4] Ao evidenciar a necessidade de combinar esses dois modelos, esses estudos salientaram a urgência de atender à demanda criada pela crescente participação feminina na força de trabalho por meio do provimento de serviços de boa qualidade, oferecidos em quantidade suficiente e adequados para o atendimento das necessidades das crianças.

No entanto, nem todos os sistemas foram planejados para cumprir essas exigências. Os estudos identificaram três padrões de provimento: (a) a abordagem *laissez-faire*, caracterizada pela coexistência de diversos sistemas, parcialmente associados à idade, com serviços prestados por iniciativa privada ou por voluntários; (b) o sistema dual, baseado em divisores de idade (creches para bebês e crianças pequenas, pré-escolas para os maiores de 3 anos e até a idade escolar), praticado tipicamente na França e na Itália; e (c) o sistema coordenado, do qual foram pioneiros os países nórdicos.

As várias formas pelas quais os diversos países combinaram (ou deixaram de combinar) educação e cuidados continuaram a ser alvo de pesquisas na literatura sobre desenvolvimento na primeira infância.[5] Até a década de 1990, aqueles que se interessavam por padrões mais amplos de políticas sociais tenderam a ignorar os cuidados não parentais na infância, focalizando, ao invés disso, a previdência social e os benefícios financeiros. Por outro lado, pesquisadores com orientação feminista, interessados em questões de igualdade de gênero, começaram a chamar a atenção para os desafios de política social criados pela necessidade crescente de cuidados não parentais.[6,7,8] As respostas dos vários países dividiram-se entre dois regimes: o regime do *homem provedor* e o regime *amigo da mulher*, sendo este último mais propenso a desempenhar um papel ativo. Posteriormente, a pesquisa predominante sobre regimes de bem-estar social retomou a questão, focalizando a forma como as políticas de cuidados não parentais refletiam premissas mais amplas sobre os papéis respectivos do Estado, do mercado e da família.[a,9]

A literatura sobre o regime de bem-estar social acrescentou dois aspectos centrais. Em primeiro lugar, mostrou que a forma como os países lidam com a demanda por cuidados não parentais tende a refletir pressupostos mais amplos sobre os papéis respectivos do Estado, da família, do mercado e do setor voluntário. Em segundo lugar, ao situar o cuidado não parental no contexto mais amplo de regimes de bem-estar social, demonstrou que o envolvimento do Estado neste campo não se limita a países onde o setor público desempenha um papel central no financiamento e no provimento. A atuação de todos os governos tem impacto sobre os papéis respectivos do Estado, da família, do mercado e do setor comunitário. Alguns governos trabalham para sustentar um mercado de cuidados não parentais por meio do provimento de informações e de deduções fiscais corporativas ou individuais; outros governos adotam políticas que favorecem os cuidados parentais, que podem incluir benefícios generosos para as famílias, licenças maternidade/paternidade prolongadas e programas de pré-escola em parte do dia ou da semana.

Lacunas da pesquisa

Algumas pesquisas vêm sendo realizadas sobre modelos de governança, bem refletidas no *Starting Strong*, da OCDE, focalizando especificamente a importância do desenvolvimento de políticas coordenadas em nível central e a coordenação dos níveis central e locais para equilibrar os objetivos de equidade e diversidade.[11] Reconhecendo o papel crítico a ser desempenhado pelo desenvolvimento de um referencial nacional coerente, o trabalho recente de Peter Moss enfatiza a importância, a um só tempo, de algum grau de autonomia e de capacidade para tornar as creches “locais de prática democrática.”[12] Até este momento os estudiosos do estado de bem-estar social têm dado pouca atenção a esse aspecto importante, mas há um interesse crescente a respeito da forma pela qual os diversos arranjos centrais-locais (ou, em estruturas federativas, como o Canadá, centrais-provinciais-locais) afetam a governança do setor de cuidados não parentais.[13,14,15]

Compreensivelmente, a pesquisa comparativa sobre políticas de cuidado não parental focalizou sistemas nacionais de provimento. No entanto, a globalização vem exercendo impacto sobre essas políticas, particularmente por meio do desenvolvimento de cadeias globais de provimento de cuidados. Esse aspecto recebeu ainda menos atenção internacional, com exceção parcial de pesquisadores norte-americanos, conscientes do papel crítico desempenhado por imigrantes mal-remunerados na oferta de cuidados infantis financeiramente acessíveis para as famílias.[16,17] A

pesquisa recente sugere que essa prática não está restrita aos países anglo-americanos "liberais". Na Europa Ocidental, a combinação de políticas de imigração e novas formas de apoio aos cuidados da criança no lar está promovendo ativamente o recrutamento de imigrantes provedores de cuidado.[18] Embora essa talvez seja uma solução *pouco dispendiosa* para a demanda crescente por cuidados no Norte, cria-se um conjunto diferente de questões no Sul, onde as crianças são deixadas com avós e outros parentes enquanto suas mães cuidam de crianças no Norte.[19,20]

Uma segunda questão relativa à globalização é a influência crescente de organizações internacionais nesse campo. A OCDE empreendeu recentemente dois estudos substanciais: um deles sob a Diretoria de Emprego, Trabalho e Relações Sociais (*Babies and bosses* – Bebês e patrões); e o outro sob a Diretoria de Educação. O Banco Mundial, a UNESCO e a União Europeia também mostraram interesse crescente no tema, bem como fundações internacionais como a Soros, que vem desempenhando um papel importante na Europa Oriental. São necessárias mais pesquisas sobre as diversas soluções de políticas que vêm sendo oferecidas, desde as mais instrumentais (cuidado não parental como meio de promover a participação da mulher na força de trabalho) até a perspectiva baseada em direitos, articulada pela UNESCO.

Por fim, o trabalho inspirado pelos teóricos pós-estruturalistas desafia a perspectiva desenvolvimentista que contribuiu para uma noção padronizada de qualidade fortemente baseada em indicadores quantitativos. Esta nova linha de pesquisa salienta a importância de "complexidade e multiplicidade, subjetividade e contexto, natureza provisória e incerteza." [b,21] Em função disso, sustenta uma concepção aberta e dialógica de qualidade que se identifica muito com a pedagogia praticada em Reggio Emilia.

Conclusões

Os especialistas em educação na primeira infância concordam amplamente a respeito das características principais de um sistema de cuidados não parentais adequados, de alta qualidade e inclusivo. No entanto, a criação de um sistema desse tipo depende de apoio governamental eficaz. É nesse ponto que a análise comparativa de políticas de cuidado não parental, baseando-se em instrumentos e conceitos da pesquisa interdisciplinar, pode dar uma contribuição. Os primeiros sistemas de classificação de padrões de políticas indagavam se as políticas existentes promoviam o desenvolvimento de um sistema integrado de educação e cuidados na primeira infância. A pesquisa mais recente, subsidiada pelo trabalho de sociólogos e cientistas políticos,

ajudou a situar cuidados não parentais no conjunto mais amplo de relações que orientam os papéis respectivos desempenhados pelo Estado, pela família e pelo mercado.

Implicações

A análise comparativa de políticas de cuidado não parental pode ajudar a identifcar as melhores práticas e alguns dos empecilhos institucionais e políticos para sua adoção. No entanto, é importante que essas pesquisas não focalizem apenas iniciativas de cada país. Os arranjos que orientam os papéis respectivos de governos nacionais e locais constituem um componente importante das estruturas de governança, limitando ou promovendo capacidades para a coordenação geral e para o ajustamento a necessidades locais. Além disso, para que seja possível modelar uma cadeia global de cuidados, os pesquisadores precisam dirigir seu olhar para além do nível nacional, e incluir análises sobre as maneiras pelas quais as desigualdades globais se associam às migrações nacionais e aos regimes de bem-estar social.

Referências

1. Yeates N. Global care chains: critical reflections and lines of inquiry. *International Feminist Journal of Politics* 2004;6(3):369-391.
2. OECD. *Care of children of working parents* MS/S/74.9. Directorate for Social Affairs. Manpower and Education. Social Affairs and Industrial Relations Division for the Working Party on the role of Women in the Economy. Paris, France: OECD; 1974.
3. Kahn AJ, Kamerman SB. *Child Care Programs in Nine Countries: a report prepared for the OECD Working Party on the Role of Women in the Economy*. Paris, France: OECD; 1976.
4. Heron A. *Early Childhood Care and Education: Objectives and Issues.* Washington, DC: OECD; 1977.
5. Cohen B, Moss P, Petrie P, Wallace J. *An excellent example is A New Deal for Children? Re-forming education and care in England, Scotland and Sweden*. Bristol, UK: Policy Press; 2004.
6. Orloff AS. Gender and the social rights of citizenship: The comparative analysis of gender relations and welfare states. *American Sociological Review* 1993;58(3):303-338.
7. Lewis J.Gender and welfare regimes: Further thoughts. *Social Politics* 1997;4(2):160-177.
8. Jenson J. Who cares? Gender and welfare regimes. *Social Politics* 1997;4(2):182-187.
9. Esping-Andersen G. *Social Foundations of Postindustrial Economies*. Oxford, UK: Oxford University Press; 1999.
10. Mahon R. The OECD and the work/family reconciliation agenda: competing frames. In: Lewis J, ed. *Children, Changing Families and Welfare States*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pub; 2006.
11. OECD. Starting strong II: Early childhood education and care. Paris, France: OECD; 2006:13.
12. Moss P. Bringing Politics into the Nursery: Early Childhood Education as a Democratic Practice. Bernard Van Lees Foundation; 2007: 13. Working papers in Early Childhood Development No. 43.

13. Wincott D. Paradoxes of new labour's social policy: Toward universal child care in europe's "most liberal" welfare regime? *Social Politics* 2006;13(2):286-312.

14. Turgeon L. Territorial politics and the Development of Early childhood Education and Child Care in France, Great Britain and Sweden. Paper presented at: the 2007 CPSA Annual Conference. May 31, 2007; Saskatoon, SA.

15. Jenson J, Mahon R. Bringing Cities to the Table: Child Care and Intergovernmental Relations. Ottawa, ON: Canadian Policy Research Network Inc; 2005

16. Glenn EN. From servitude to service work: historical continuities in the racial division of paid reproductive labor. *Signs* 1992;18(1):1-43.

17. Bakan AB, Stasiulis DK. *Not one of the family: foreign domestic workers in Canada*. Toronto, ON: University of Toronto Press; 1997.

18. Lister R, Williams F, Anttonen A, Bussemaker J, Gerhard U, Heinen J, Johansson S, Leira A, Siim B, Tobio C, Gavanas A. Gendering Citizenship in Western Europe: new challenges for citizenship research in a cross-national context. Bristol, UK: Policy; 2007.

19. Parrenas RS. Care crisis in the Philippines: children and transnational families in the new global economy. In: Ehrenreich B, Hoschild AR, eds. *Global woman : nannies, maids, and sex workers in the new economy* . New York, NY: Metropolitan Books, 2003.

20. Pyle J. Globalization and the increase in transnational care work: the flip side. *Globalizations* 2006;3(3):297-315.

21. Dahlberg G, Moss P. *Ethics and Politics in Early Childhood Education.* New York, NY: Routledge; 2005.

Notas:

a A tipologia de Esping-Andersen focaliza três sistemas: (a) liberal (tendo como alvo famílias de baixa renda, de risco, ou outras famílias que, na melhor das hipóteses, são incluídas por meio de deduções fiscais individuais ou corporativas); (b) corporativas conservadoras (apoio ao cuidado no contexto do lar); e (c) social-democráticas (provimento e financiamento público de cuidado não parental universal). Para uma classificação alternativa, ver citação (10).

b No Canadá, o trabalho de Alan Pence foi muito relevante nesse aspecto.

Cuidados não parentais e seu impacto sobre crianças pequenas (de 2 a 5 anos de idade)

Lieselotte Ahnert, Ph.D., Michael E. Lamb, PhD.

Free University, Alemanha, National Institute of Child Health and Human Development, EUA

Fevereiro 2004

Introdução

Através dos tempos e das culturas, a assistência não parental em relação aos cuidados na infância tem sido uma norma duradoura. Em todo o mundo, as crianças tipicamente vivem e são cuidadas primariamente por seus pais, mas também recebem cuidados de membros da família ampliada, de vizinhos, de amigos e de provedores de cuidados remunerados.[1,2] Em países industrializados, o aumento da dependência de cuidado remunerado, provido frequentemente por creches subsidiadas pelo governo, promoveu nos últimos 20 anos uma intensificação da pesquisa sobre seus efeitos – positivos e negativos – sobre a saúde, as capacidades cognitivas, o ajustamento e as relações sociais das crianças. Embora seja consensual que os pais continuam a ser a influência mais importante para o ajustamento das crianças, é igualmente evidente que cuidados não parentais também podem ter impacto substancial.

Do que se trata

A natureza e a extensão do apoio público aos serviços de cuidado não parental são variáveis, dependendo de condições tais como:

1. o provimento de cuidados não parentais ser ou não considerado necessário para promover a participação da mulher na força de trabalho;

2. o provimento de cuidados não parentais ser considerado responsabilidade pública ou privada;

3. o provimento de cuidados não parentais ser visto como programa de bem-estar social ou como programa educacional inicial.[3]

Além disso, em cada cultura, devido à diversidade de circunstâncias familiares, aos múltiplos tipos de cuidado não parental e aos complexos efeitos de diferenças de temperamento entre as crianças, é pouco provável que cuidados não parentais, em si e por si, tenham efeitos universais claros, sejam eles positivos ou negativos. Em decorrência disso, pesquisadores focalizaram a natureza, a extensão, a qualidade e a idade de início do cuidado não parental, bem como a forma pela qual o impacto conjunto desses fatores afeta crianças de diferentes contextos familiares, com diferentes necessidades educacionais, individuais e de desenvolvimento.

Problemas

Normalmente, os pesquisadores do desenvolvimento inicial procuraram explicar o impacto do cuidado *parental* sobre o desenvolvimento da criança, e só recentemente passaram a tentar considerar o impacto do *cuidado não parental*. Segundo a teoria do apego, por exemplo, um desenvolvimento socioemocional inicial bem-sucedido depende da construção de relações de confiança (apegos) com algumas poucas figuras de referência, tais como os pais. Os teóricos do apego propuseram inicialmente que seria necessário um cuidado contínuo para construir e manter esses apegos primários, e que esses apegos influenciam também a regulação emocional e os comportamentos sociais da criança, até mesmo em etapas posteriores da vida.[4,5] Os apegos entre o bebê e os pais desenvolvem-se no primeiro ano de vida[4] e, portanto, a teoria do apego atribuiu importância particular a práticas de cuidado dos bebês, que não são o foco deste artigo.

Segundo muitos teóricos, o cuidado não parental pode ser problemático também para crianças pequenas e na idade pré-escolar. Uma vez que necessariamente perturba a continuidade de acesso às figuras primárias de apego, o cuidado não parental pode, em primeiro lugar, prejudicar os apegos primários e, dessa forma, atrapalhar o desenvolvimento socioemocional. Além disso, muitos teóricos argumentam que, em média, provedores de cuidado não aparentados não são tão comprometidos com suas responsabilidades em relação ao cuidado da criança como seriam os pais. Os sociobiólogos argumentam ainda que a qualidade do cuidado tenha relação com o grau de parentesco entre os cuidadores e as crianças,[6,7] de tal forma que seria de esperar pior qualidade de cuidados por parte de cuidadores não aparentados, entre os quais professores, babás e outros cuidadores remunerados. Uma visão muito mais positiva sobre cuidados não parentais foi proposta por teóricos cognitivistas, que enfatizam a importância de estimulação e instrução bem planejadas para o desenvolvimento mental e comunicativo da criança.[8]

Contexto de pesquisa

Apesar de uma volumosa literatura sobre os efeitos dos cuidados na primeira infância, o quadro geral é frequentemente ambíguo e pouco claro. Essa confusão destaca, em parte, a necessidade de focalizar, não apenas as experiências de crianças quando estão sob cuidados não parentais, mas também outros aspectos da ecologia mais ampla, inclusive a intersecção entre cuidado parental e não parental. Por exemplo, crianças que recebem cuidados não parentais têm, em casa, experiências diferentes daquelas de crianças que só recebem cuidados parentais.[9-13] Portanto, os pesquisadores precisam determinar se as diferenças entre crianças que ficam em casa e aquelas que também frequentam instituições de cuidado não parental podem ser atribuídas a suas experiências de cuidados não parentais ou às diferenças entre suas experiências em casa. A pesquisa deve também tentar aumentar a clareza dos achados por meio de meta-análises que resumam os resultados de diversos estudos menores,[14-16] ou de estudos em vários locais, com grande número de participantes (*NICHD Early Child Care Network*;[17] *CQOS Cost Quality and Outcome Study*[18]).

Questões-chave de pesquisa

Os pesquisadores exploraram os efeitos que os cuidados na infância exercem sobre diversos aspectos do desenvolvimento, embora pesquisas sobre desenvolvimento cognitivo e de linguagem – especialmente no contexto de programas de educação compensatória – e sobre desenvolvimento socioemocional tenham despertado maior interesse. Acadêmicos e políticos que questionam o valor e a adequação de cuidados na infância têm manifestado particular interesse em determinar se as crianças podem manter relações de apoio com seus pais quando frequentam creches. Enquanto isso, aqueles que valorizam o cuidado não parental enfatizam a necessidade, para a criança, de desenvolver boas relações com provedores de cuidados e de socializar com pares de idade, de forma a obter o máximo de vantagens com as experiências enriquecedoras de que dispõem. Este ponto de vista sugeriria também que o cuidado estimulante em casa é valioso ou necessário, e deve ser considerado quando se estudam os efeitos de estratégias e programas educacionais para bebês, crianças pequenas e crianças em idade pré-escolar.

Resultados de pesquisas recentes

O fato de crianças que recebem cuidados não parentais desenvolverem ou não boas relações com seus pais depende da sensibilidade dos pais ao oferecer cuidados em casa.[19] Além disso, é importante que os pais estabeleçam um equilíbrio entre os contextos do lar e da instituição que provê cuidados não parentais, e que continuem a prover os tipos de interações íntimas que

raramente ocorrem nas creches.[9,20,21] Muitas horas na creche e relacionamentos estressados entre pais e filhos estão associados a manifestações agressivas em crianças em idade pré-escolar,[22,23] ao passo que bom relacionamento com provedores de cuidados ajudam a minimizar a agressividade e problemas comportamentais.[24] Evidentemente, provedores de cuidado são capazes de desenvolver relações significativas com as crianças, mas a qualidade dessas relações depende mais do comportamento dos cuidadores em relação ao grupo como um todo do que da qualidade de suas interações com as crianças individualmente. Na verdade, as relações emergentes entre cuidadores e crianças refletem as características e a dinâmica do grupo, enquanto os apegos pais-filhos parecem ser mais influenciados por interações diádicas.[14,25,26] A partir dos 2 anos de idade, as crianças são capazes de interagir mais extensamente com seus pares. Esses encontros oferecem excelentes oportunidades para a aprendizagem de regras de interação social: como avaliar ofertas sociais, como conduzir um diálogo e, o que é mais importante, como resolver construtivamente os conflitos com os pares.[27]

Apesar dos resultados iniciais contraditórios sobre os efeitos do cuidado não parental sobre o desenvolvimento cognitivo e linguístico, pesquisas mais recentes revelaram os efeitos positivos e duradouros de cuidados não parentais de alta qualidade – até mesmo sobre o desempenho escolar.[28,29] Quase todas as crianças (e não apenas aquelas que provêm de ambientes domésticos menos estimulantes) podem ter benefícios cognitivos, especialmente quando vivenciam relações positivas com seus cuidadores.[30]

Conclusão

As crianças que recebem cuidados não parentais desenvolvem-se de forma diferente daquelas que não têm essa experiência? No passado, muitos estudiosos preocuparam-se com a possibilidade de que o cuidado não parental fosse perigoso para as crianças, e procuraram determinar se crianças que recebem esse tipo de cuidado são tão bem adaptadas quanto aquelas que são cuidadas apenas em casa. De certa forma, essa linha de pesquisa foi surpreendente, em vista das diferenças marcantes entre contextos de cuidado parental e não parental. Apenas recentemente os pesquisadores começaram a explorar as vantagens de cuidados não parentais de boa qualidade e seus benefícios potenciais para as crianças. Em particular, cuidados não parentais oferecem a oportunidade de contatos sociais mais extensos com pares e com adultos, permitindo, assim, que se abra um mundo social mais amplo para as crianças. Experiências positivas de cuidados não parentais podem também favorecer oportunidades educacionais

posteriores, de tal forma que as crianças que vivenciaram cuidados não parentais precoces se tornam mais capazes de se beneficiar da educação, de se ajustar a rotinas e de resistir a conflitos. Apesar disso, o lar continua a ser o centro emocional da vida da criança, e é importante que relações de apoio entre os pais e a criança não sejam prejudicadas por experiências de cuidados não parentais, mesmo quando a criança passa longos períodos nesse contexto.[20]

Implicações

Uma vez que as crianças podem beneficiar-se de cuidados não parentais, é preciso que estes sejam de boa qualidade e ofereçam acesso a uma variedade de relações sociais positivas.[3,31] No entanto, para garantir que os ambientes de cuidado sejam adequados do ponto de vista do desenvolvimento, é necessário manter baixa a proporção crianças/adulto. O tamanho e a composição do grupo também devem ser considerados como mediadores da qualidade das relações individuais entre cuidadores e crianças.[18,32,33] É importante também que regulamentos e pais adequadamente informados garantam e exijam a melhor qualidade possível de cuidados. Uma vez que cuidar dos filhos de outras pessoas – e em grupo – requer estratégias diferentes daquelas utilizadas no cuidado parental, é preciso que as atividades dos cuidadores recebam apoio da sociedade, tenham boa remuneração e sejam enriquecidas por programas sérios e cuidadosos de formação e de capacitação.

Referências

1. Lamb ME. New approaches to the study of day care. *Human Nature* 1990;1(2):207-210.
2. Lamb ME, Sternberg KJ, Hwang CP, Broberg AG, eds. *Child care in context: Cross-cultural perspectives*. Hillsdale, NJ: Erlbaum; 1992.
3. Lamb ME. Nonparental child care: Context, quality, correlates, and consequences. In: Damon W, Sigel IE, Renninger KA, eds. *Handbook of child psychology Vol. 4: Child psychology in practice.* New York, NY: Wiley; 1998:73-133.
4. Bowlby J. Attachment London, England: Hogarth Press; 1969. Attachment and loss; vol 1.
5. Bowlby J. *Separation, Anxiety, and Anger*. New York, NY: Basic Books; 1973. *Attachment and loss*; vol 2.
6. Barash D. *The whisperings within*. New York, NY: Harper & Row; 1979.
7. Wilson MI, Daly M, Weghorst SJ. Household composition and the risk of child abuse and neglect. *Journal of Biosocial Science* 1980;12(3):333-340.
8. Hunt JM. *Intelligence and experience.* New York, NY: Ronald Press; 1961.
9. Ahnert L, Rickert H, Lamb ME. Shared caregiving: Comparison between home and child care settings. *Developmental Psychology* 2000;36(3):339-351.
10. Clarke-Stewart KA. Infant day care: Maligned or malignant? *American Psychologist* 1989;44(2):266-273.
11. NICHD Early Child Care Research Network. Familial factors associated with the characteristics of nonmaternal care for infants. *Journal of Marriage and Family* 1997;59(2):389-408.

12. Richters JE, Zahn-Waxler C. The infant day care controversy: Current status and future direction. In: Fox N, Fein G, eds. *Infant day care: The current debate*. Norwood, NJ: Ablex; 1990:87-104.

13. Scarr S. Why child care has little impact on most children's development. *Current Directions in Psychological Science* 1997;6(5):143-148.

14. Ahnert L, Pinquart M, Lamb M. (under review). Security of children's relationships with non-parental care providers: A meta-analysis.

15. Lamb ME, Sternberg KJ, Prodromidis M. Nonmaternal care and the security of infant-mother attachment: A reanalysis of the data. *Infant Behavior and Development* 1992;15(1):71-83.

16. Erel O, Oberman Y, Yirmiya N. Maternal versus nonmaternal care and seven domains of children's development. *Psychological Bulletin* 2000;126(5):727-747.

17. NICHD Early Child Care Research Network. Child care and child development: The NICHD study of early child care. In: Friedman SL, Haywood HC, eds. *Developmental follow-up: Concepts, domains, and methods*. New York, NY: Academic Press; 1994:377-396.

18. Blau DM. *The production of quality in child-care centers: Another look. Applied Developmental Science* 2000;4(3):136-148.

19. NICHD Early Child Care Research Network. The effects of infant child care on infant-mother attachment security: Results of the NICHD study of early child care. *Child Development* 1997;68(5):860-879.

20. Ahnert L, Lamb ME. Shared care: Establishing a balance between home and child care settings. *Child Development* 2003;74(4):1044-1049.

21. NICHD Early Child Care Research Network. Child care and mother-child interaction in the first three years of life. *Developmental Psychology* 1999;35(6):1399-1413.

22. DeMulder EK, Denham S, Schmidt M, Mitchell J. Q-sort assessment of attachment security during the preschool years: Links from home to school. *Developmental Psychology* 2000;36(2):274-282.

23. NICHD Early Child Care Research Network. Does amount of time spent in child care predict socioemotional adjustment during the transition to kindergarten? *Child Development* 2003;74(4):976-1005.

24. Oppenheim D, Sagi A, Lamb ME. Infant-adult attachment on the kibbutz and their relation to socioemotional development four years later. *Developmental Psychology* 1988;24(3):427-433.

25. Ahnert L, Lamb ME. Infant-care provider attachments in contrasting German child care settings II: Individual-oriented care after German reunification. *Infant Behavior and Development* 2000;23(2):211-222.

26. Ahnert L, Lamb ME, Seltenheim K. Infant-care provider attachments in contrasting German child care settings I: Group-oriented care before German reunification. *Infant Behavior and Development* 2000;23(2):197-209.

27. Hartup WW, Moore SG. Early peer relations: Developmental significance and prognostic implications. *Early Childhood Research Quarterly* 1990;5(1):1-17.

28. Campbell FA, Pungello EP, Miller-Johnson S, Burchinal M, Ramey CT. The development of cognitive and academic abilities: Growth curves from an early childhood educational experiment. *Developmental Psychology* 2001;37(2):231-242.

29. NICHD Early Child Care Research Network. The relation of child care to cognitive and language development. *Child Development* 2000;71(4):960-980.

30. Pierrehumbert B, Ramstein T, Karmaniola A, Halfon O. Child care in the preschool years: Attachment, behavior problems and cognitive development. *European Journal of Psychology of Education* 1996;11(2):201-214.

31. Lamb ME. The effects of quality of care on child development. *Applied Developmental Science* 2000;4(3):112-115.

32. NICHD Early Child Care Research Network. Characteristics of infant child care: Factors contributing to positive caregiving. *Early Childhood Research Quarterly* 1996;11(3):269-306.

33. NICHD Early Child Care Research Network. Characteristics and quality of child care for toddlers and preschoolers. *Applied Developmental Psychology* 2000;4(3):116-135.

O impacto de cuidados não parentais sobre crianças pequenas (do nascimento até 2 anos de idade)

Carollee Howes, PhD

University of California at Los Angeles, EUA

Novembro 2003

Introdução

Atualmente, é cada vez maior o número de crianças que, já desde o nascimento e até os 2 anos de idade, estão sendo colocadas sob cuidados não parentais durante o dia e em dias úteis, devido principalmente ao aumento do emprego materno. Entre 1980 e 1998, a participação de mães de crianças pequenas na força de trabalho nos Estados Unidos aumentou de 38% para 59%.[1] Em 1999, estavam regularmente sob cuidados não parentais 44% das crianças menores de um ano, 53% das crianças de um ano de idade, e 57% das crianças de 2 anos de idade.[2] Pesquisas sobre desenvolvimento inicial nos planos social, emocional e cognitivo sugerem que as consequências dos contextos de cuidados, no curto e no longo prazo, dependem menos da forma de cuidado (por exemplo, maternal *versus* outras formas) do que de sua qualidade.[2] Portanto, examinar o impacto de cuidados não parentais sobre crianças pequenas significa examinar questões relativas à qualidade dos cuidados, tanto no lar como em contextos de cuidados não parentais.

Do que se trata

Para examinar o impacto de cuidados não parentais sobre o desenvolvimento de crianças muito pequenas, é necessário definir *cuidado não parental e qualidade do cuidado*. *Cuidado não parental* pode ser definido simplesmente como o cuidado da criança por pessoas que não pertencem à família, seja na própria casa, na casa de outras pessoas, ou em uma instituição que possa oferecer à criança cuidados e oportunidades de aprendizagem que complementem ou suplementem aqueles oferecidos em casa. O cuidado não parental pode incluir também serviços de apoio a pais que trabalham e, em alguns casos, pode contribuir para reduzir o número de crianças que vivem em situação de pobreza, e oferecer proteção temporária para crianças que correm risco de abuso na família. Se esse atendimento pode ou não promover o desenvolvimento social e emocional da criança é uma questão que depende da qualidade do cuidado oferecido. A

qualidade do cuidado é definida não como a forma de cuidado – por exemplo, em casa ou em uma instituição –, mas o provimento de relações afetuosas, de um ambiente estimulante e de condições básicas de saúde e segurança.

Problemas

Famílias que dispõem de mais recursos materiais, sociais e emocionais tendem a utilizar serviços de cuidado não parental de melhor qualidade.[2] Para determinar a influência da qualidade do cuidado sobre o desenvolvimento, é necessário medir a qualidade do cuidado na família e em instituições de atendimento à criança. Além disso, as influências do cuidado não parental sobre o desenvolvimento podem manifestar-se no curto prazo, mas podem também permanecer "adormecidas", manifestando-se somente no longo prazo. Portanto, medir o impacto do cuidado na infância requer estudos longitudinais. Além disso, uma vez que não há períodos críticos para a influência que os diversos ambientes, a família e contextos comunitários mais amplos exercem sobre o desenvolvimento das crianças, estudos longitudinais devem utilizar modelos ecológicos que meçam a influência ao longo do tempo. Trata-se de protocolos de pesquisa complexos e dispendiosos. Além disso, embora os aspectos estruturais do cuidado não parental – por exemplo, a educação formal do cuidador – efetivamente estejam envolvidos com a qualidade do cuidado no curto prazo, uma vez que os aspectos estruturais tendem a ser interrelacionados, não há indicadores isolados de qualidade do cuidado. Há poucas diferenças entre raça, etnia ou idioma da mãe quanto à influência da qualidade sobre o desenvolvimento da criança.[2] No entanto, as práticas utilizadas para garantir a qualidade de cuidados infantis de fato diferem em termos de etnia e idioma da mãe[3].

Contexto de pesquisa

As pesquisas sobre relações entre cuidado não parental e desenvolvimento de crianças pequenas são, necessariamente, correlacionais, e não experimentais. Além disso, à medida que aumenta o número de pais de renda muito baixa a integrar a força de trabalho com baixa remuneração (devido a mudanças globais nas formas de trabalho e nas políticas de bem-estar) aumenta o número de crianças muito jovens de famílias de baixa renda que estão sendo colocadas em contextos muito informais de cuidados não parentais. Há poucos dados sobre o percurso de desenvolvimento dessas crianças.

Questões-chave de pesquisa

Questões importantes de pesquisa nessa área incluem as seguintes:

1. Quais são os impactos no curto e no longo prazo da qualidade variável dos cuidados sobre o desenvolvimento infantil?
2. A associação entre qualidade do cuidado não parental e o desenvolvimento infantil difere em crianças de diferentes raças ou em famílias de renda muito baixa?
3. A idade em que a criança passa a receber cuidados não parentais influencia o desenvolvimento?

Resultados de pesquisas recentes

Há um sólido corpo de evidências que associam a qualidade dos cuidados não parentais ao desenvolvimento da criança durante a infância, e um conjunto crescente de trabalhos

na literatura relativo às consequências no longo prazo.[2] Esses dados são consistentes entre os estudos e entre famílias que diferem em relação a etnia, idioma da mãe e nível de renda. Apenas poucos estudos[4-6] tentaram definir o nível de qualidade necessário para otimizar o desenvolvimento. Esses estudos, todos realizados em creches licenciadas ou no contexto de famílias que oferecem cuidados não parentais, sugerem que o limiar de qualidade é muito alto, muito acima dos arranjos modais de cuidados não parentais nos Estados Unidos. No entanto, alguns estudos revelam que, quando a criança vivencia cuidados de alta qualidade, o próprio cuidado emerge como fator para sua proteção.[2]

Outro conjunto de pesquisas sugere que a idade em que a criança é colocada sob cuidados não parentais não é, em si e por si, um fator de risco.[2] No entanto, serviços de atendimento de baixa qualidade aos quais a criança é submetida desde muito cedo e de forma muito extensiva, efetivamente, revelam-se desvantajosos. Além dos estudos que associam cuidados de baixa qualidade a desenvolvimento abaixo no nível ideal, outros estudos mostraram que o cuidado não parental extensivo desde muito cedo pode interferir com o desenvolvimento de interações mãe-criança harmoniosas. Por exemplo, a *NICHD Early Child Care Research Network* (Rede de pesquisas sobre cuidados não parentais na primeira infância, do NICHD)[7] verificou que bebês e crianças pequenas que passam maior número de horas sob cuidados não parentais vivenciam menos interações mãe-criança positivas.

Conclusões

O fato de estar sob cuidados não parentais, sendo atendida por um adulto que não é um dos pais, não se associa, necessariamente, ao desenvolvimento abaixo do ideal para crianças pequenas. Na verdade, esse tipo de cuidado pode estar associado a um melhor desenvolvimento ou pode até mesmo ser um fator compensatório. No entanto, para promover o desenvolvimento ou cumprir uma função de proteção, as situações de cuidado não parental precisam ter qualidade suficientemente boa. Ter boa qualidade é mais do que ser um local seguro para as crianças; inclui o provimento de relações afetuosas e de ambientes estimulantes, que organizem e alicercem a aprendizagem das crianças. A possibilidade de uma criança vivenciar cuidados parentais de alta qualidade depende, em parte, dos recursos materiais e sociais das famílias. A oferta de cuidados não parentais de alta qualidade é restrita, representando talvez de 10% a 15% de toda a oferta disponível. Mas é preciso observar que a qualidade dos cuidados não se confunde com a forma de cuidados: uma criança pode vivenciar cuidados de alta qualidade em uma grande variedade de contextos. Entretanto, há muito pouca informação sobre as consequências no curto e no longo prazo para crianças que estão em situações de cuidados não parentais muito informais e de baixa qualidade, combinadas com pobreza familiar e mães cuja sensibilidade pode estar prejudicada por suas próprias condições precárias de trabalho.

Implicações para políticas e serviços

Se as influências dos serviços de cuidados não parentais sobre o desenvolvimento de crianças muito jovens dependem da qualidade do cuidado que recebem, conclui-se que é necessário melhorar a qualidade geral dos cuidados para melhorar o desenvolvimento infantil.

Referências

1. Bachu A, O'Connell M. *Fertility of American Women*. June 1998. Washington, DC: U.S. Census Bureau; 2000. Current Population Reports P250-526.
2. Shonkoff JP, Phillips DA, eds. *From neurons to neighborhoods: The science of early childhood development.* Washington, DC: National Academy Press; 2000.
3. Wishard AG, Shivers EM, Howes C, Ritchie S. Child care program and teacher practices: Associations with quality and children's experiences. *Early Childhood Research Quarterly* 2003;18(1):65-103.
4. Burchinal M, Howes C, Kontos S. Structural predictors of child care quality in child care homes. *Early Childhood Research Quarterly* 2002;17(1):87-105.
5. Howes C, Phillips DA, Whitebook M. Thresholds of quality: Implications for the social-development of children in center-based child care. *Child Development* 1992;63(2):449-460.
6. Peisner-Feinberg ES, Burchinal MR, Clifford RM, Culkin ML, Howes C, Kagan SL, Yazejian N. The relation of preschool child care quality to children's cognitive and social developmental trajectories through second grade. *Child Development* 2001;72(5):1534-1553.

7. The NICHD Early Child Care Research Network Child care and mother-child interaction in the first 3 years of life. *Developmental Psychology* 1999;35(6):1399-1413.

Cuidados não parentais e seu impacto sobre crianças desde o nascimento até 2 anos de idade. Comentários sobre Belsky, Howes e Owen

Bengt-Erik Andersson, PhD

Stockholm Institute of Education, Suécia

Novembro 2003

Introdução

Três pesquisadores altamente conceituados escreveram artigos para o *Centre of Excellence for Early Childhood Development* (Centro de Excelência para o Desenvolvimento na Primeira Infância - CEDPI) a respeito de cuidados na infância e seu impacto sobre crianças pequenas, desde o nascimento até 2 anos de idade. Esse tópico tem provocado debates vigorosos tanto em meio ao público em geral quanto em meio a pesquisadores, uma vez que uma proporção significativa de mães de crianças pequenas atualmente trabalha fora de casa – algumas por opção, outras por necessidade. Assim sendo, a maioria dos pais se preocupa com as seguintes questões:

1.O que devo fazer com meu filho quando não estou em casa?

2.Meu filho será prejudicado se eu trabalhar fora de casa?

Essas questões ocuparam a mente de cientistas e de pais nos últimos 50 anos e, até hoje, não há respostas claras. Um dos autores vem avaliando pesquisas nessa área há um quarto de século.[1-7] Retrocedendo aos primeiros anos das pesquisas, os pais recebiam informações baseadas mais em teorias do que em fatos científicos.[8,9] Segundo essas teorias, considerava-se prejudicial separar uma criança pequena de sua mãe antes dos 3 anos de idade.

Em muitos países, os pesquisadores não estavam satisfeitos com as respostas disponíveis relativas às preocupações dos pais, e muitos estudos foram realizados na busca por informações mais definitivas. Apesar desses esforços, durante muito tempo não houve uma prova substancial das alegações de que o cuidado em creches prejudicasse ou beneficiasse as crianças.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, a publicação de dados da Suécia revelou que, na verdade, experiências precoces de creche podem ser benéficas para crianças pequenas.[10-13] Esses resultados contrariavam todas as expectativas, e particularmente os pesquisadores americanos foram forçados a adotar uma perspectiva mais ecológica sobre cuidados em creche. Não se tratava mais de defender ou não a creche, e tampouco simplesmente de uma questão relativa à idade em que uma criança deve ir para a creche. Para compreender as diferenças entre os resultados de pesquisas americanas e suecas, foi necessário levar em conta outras variáveis. A reconhecida alta qualidade das creches suecas foi citada pelos pesquisadores americanos para explicar as diferenças dos resultados. No entanto, há outras explicações plausíveis, que discutirei adiante.

Pesquisas e conclusões

A maior parte das pesquisas foi realizada com grupos muito pequenos de crianças, que foram acompanhadas durante poucos anos. Infelizmente, esse tipo de pesquisa envolve problemas sérios. Em primeiro lugar, quando se trabalha com grupos pequenos é difícil descobrir alguma coisa sobre a forma pela qual os resultados poderiam ser aplicados à população em geral. Em segundo lugar, é impossível fazer qualquer afirmação sobre os efeitos que os cuidados na infância produzirão no longo prazo.

Em um esforço para superar esses problemas, o NICHD (*National Institute of Child Health and Humand Development* – Instituto Nacional de Saúde da Criança e Desenvolvimento Humano) empreendeu um projeto de pesquisa de larga escala. O estudo acompanha 1.274 mães e o desenvolvimento de seus filhos que tiveram experiências variadas de cuidados na infância. Todas as crianças receberam cuidados não parentais desde cedo. Foram publicados dados até a idade de 4 anos e meio a 5 anos. Participam desse estudo 25 dos mais conceituados pesquisadores americanos – uma equipe de peso. Outros projetos de pesquisa também envolveram um número significativo de sujeitos. Por exemplo, um dos estudos[14] acompanhou 733 crianças entre 4 e 8 anos de idade, e um outro monitorou 414 crianças entre 14 e 56 meses de idade.[15]

Dois autores – Belsky e Tresch Owen – apoiam-se fortemente nos dados do estudo do NICHD, ao passo que Howes baseia-se também em outras fontes. Suas conclusões são relativamente semelhantes. Todos concordam que experiências precoces de creche podem ser positivas para o desenvolvimento cognitivo e linguístico. Por outro lado, a qualidade da interação com as mães pode ser prejudicada por cuidados de má qualidade e períodos extensos sob cuidados não

parentais. Belsky enfatiza particularmente esses pontos, e menciona um risco de desenvolvimento digno de nota, embora modesto. Sua posição é congruente com seus escritos anteriores. No entanto, os alertas de Belsky sobre riscos de desenvolvimento são bem menos rígidos neste artigo do que em artigos prévios.

Os três autores concordam quando à importância de alta qualidade nos cuidados na infância, mas nenhum deles tenta definir o que poderia significar alta qualidade.

Na verdade, esses artigos apresentam alguns problemas. Por um lado, os autores baseiam-se somente em estudos americanos. Com isso, não aprendemos nada sobre o que cuidado não parental pode significar para o desenvolvimento de crianças em países que optaram por dar apoio às famílias de outras formas, e com outros tipos de cuidado na infância. Na Suécia, por exemplo, a atenção à infância é considerada como parte do sistema educacional desde os primeiros anos de vida, e os funcionários são professores de pré-escola com três anos de formação universitária, ou educadores com três anos de capacitação profissional. Assim sendo, o sistema sueco garante cuidados não parentais com alto nível de qualidade.

Outro problema é o período limitado de acompanhamento nos estudos citados pelos autores. Ainda que algumas crianças tenham apresentado alguns problemas comportamentais ou de disciplina depois de experiências de cuidado não parental, não sabemos nada sobre a duração desses efeitos no longo prazo. Além disso, alguns efeitos podem manifestar-se anos mais tarde. Esses efeitos adormecidos tanto podem ser positivos como negativos. Em meus próprios estudos, verifiquei que efeitos positivos sobre o desenvolvimento social somente se manifestam no início da adolescência, quando são muito efetivos.

Implicações para políticas e serviços

Os três autores enfatizam a importância de melhorar a qualidade dos cuidados na infância. Belsky recomenda também que devem ser adotadas outras providências – por exemplo, prolongamento da licença maternidade/paternidade e introdução de políticas fiscais que propiciem serviços de cuidado não parental financeiramente acessíveis e de boa qualidade. Concordo integralmente com essas recomendações, mas eu acrescentaria mais algumas sugestões, com base em minha experiência com o sistema sueco.

Na Suécia, o conceito de apoio à família tem uma conotação ampla. Um de seus aspectos importantes é que os pais devem poder ficar em casa com os filhos quando estes mais precisam

deles – isto é, quando a criança é muito pequena ou está doente. Portanto, a licença maternidade/paternidade tem a duração de 12 meses – e o Estado assume o pagamento de 80% do salário. Além disso, é possível manter um dos pais em casa quando a criança adoece durante o período pré-escolar, recebendo o mesmo pagamento que teria na licença maternidade/paternidade. Isso implica que o pai e a mãe podem sentir-se confiantes e relaxados quanto ao cuidado de seus filhos e, portanto, podem desempenhar melhor suas atribuições parentais em casa. Vale notar também que a assistência médica para as crianças é gratuita, além de diversas outras medidas.

Alguns leitores podem perguntar: “Podemos realmente gastar tanto com nossas crianças?” Minha resposta é: ou gastamos esse dinheiro agora, ou teremos que gastar dez vezes mais para cuidar de todos os problemas que um sistema inadequado de apoio à família criará no futuro.[13]

Referências

1. Belsky J. Two waves of day care research: Developmental effects and conditions of quality. In: Ainslie RC, ed. *The child and the day care setting: qualitative variations and development*. New York, NY: Praeger; 1984:1-34.
2. Belsky J. Infant day care: A cause for concern? *Zero to Three* 1986;7(1):1-7.
3. Belsky J. Risks remain. *Zero to Three* 1987;7(3):22-24.
4. Belsky J. The "effects" of infant day care reconsidered. *Early Childhood Research Quarterly* 1988;3(3):235-272.
5. Belsky J. Emanuel Miller Lecture: Developmental risks (still) associated with early child care. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines* 2001;42(7):845-859.
6. Belsky J, Steinberg LD. The effects of day care: A critical review. *Child Development* 1978;49(4):929-949.
7. Belsky J, Steinberg LD, Walker A. The ecology of day care. In: Lamb M, ed. *Child rearing in nontraditional families*. Hillsdale, NJ: Erlbaum; 1981:71-116.
8. Ainsworth MDS, Blehar MC, Waters E, Wall S. *Patterns of Attachment*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associations; 1978.
9. Mahler MS, Pine F, Bergman A. *The psychological birth of the human infant: symbiosis and individuation*. London: Hutchinson; 1975.
10. Andersson BE. Effects of public day-care: A longitudinal study. *Child Development* 1989;60(4):857-866.
11. Andersson BE. Effects of day-care on cognitive and socioemotional competence of thirteen-year-old Swedish schoolchildren. *Child Development* 1992;63(1):20-36.
12. Andersson BE. Long-term effects of early day care in relation to family type and children's gender. In: Borge AIH, Hartmann E, Strøm S, eds. *Day care centers: Quality and provision*. Oslo: National Institute of Public Health; 1994:102-113.
13. Andersson BE. Public policies and early childhood education. E*uropean Early Childhood Education Research Journal* 1994;2(2):19-32.
14. Peisner-Feinberg ES, Burchinal MR, Clifford RM, Culkin ML, Howes C, Kagan SL, Yazejian N. The relation of preschool child care quality to children's cognitive and social developmental trajectories through second grade. *Child Development*

2001;72(5):1534-1553.

15. Howes C, Phillips DA, Whitebook M. Thresholds of quality: Implications for the social-development of children in center-based child care. *Child Development* 1992;63(2):449-460.

Cuidados não parentais e seu impacto sobre crianças de 2 a 5 anos de idade. Comentários sobre McCartney, Peisner-Feinberg, e Ahnert e Lamb

W. Steven Barnett, PhD

National Institute for Early Education Research, EUA

Fevereiro 2004

Introdução

McCartney, Peisner-Feinberg e Ahnert e Lamb revisaram as pesquisas sobre as esperanças e os temores que surgiram à medida que cuidados não parentais formais passaram a ser a norma em muitos países em todo o mundo. A maior esperança era que o cuidado não parental pudesse melhorar significativamente a vida e o desenvolvimento de crianças pequenas, especialmente daquelas que correm maior risco de apresentarem resultados deficientes no desenvolvimento.[1,2] O maior temor era que o cuidado não parental pudesse interferir negativamente nas relações entre pais e filhos, e prejudicar o desenvolvimento social e emocional das crianças.[3] Tipicamente, a mudança nos arranjos de cuidados é atribuída ao movimento das mães rumo ao trabalho fora de casa. No entanto, atualmente até mesmo crianças cujas mães não têm emprego remunerado costumam participar de arranjos semelhantes.[4] Assim sendo, vemos que o cuidado não parental tem dois objetivos:

1. possibilitar que os pais trabalhem e tenham outras atividades longe de seus filhos
2. oferecer educação e atividades sociais para as crianças.

A demanda por tais metas induziu mudanças no provimento dos cuidados; e a frequência a programas de tipo escolar durante boa parte do dia é hoje quase universal em alguns países já aos 3 anos de idade.[5]

Em grande parte, a pesquisa sobre cuidados não parentais é realizada e publicada em subespecializações, cada uma das quais tem sua própria perspectiva, como se reflete nas revisões. McCartney descreve a pesquisa sobre cuidados não parentais como um processo que evolui em estágios: de comparações simples entre crianças que recebem e não recebem esse cuidado à análise dos efeitos da qualidade – com controle de características das famílias – ao

exame das influências conjuntas dos contextos de cuidado não parental e na família. Peisner-Feinberg categoriza a pesquisa de acordo com seu foco em:

1. intervenções que visam melhorar a educação e o desenvolvimento; ou
2. cuidado não parental comum, disponível para a população em geral.

Ahnert e Lamb tendem a focalizar as relações com os pais, com outros cuidadores e com outras crianças. A fragmentação da pesquisa por especialidades limita a clareza das conclusões de sua revisão. No entanto, todos os autores reconhecem que, para que a pesquisa possa ampliar nossa compreensão sobre os efeitos do cuidado não parental sobre o desenvolvimento, é preciso que se torne mais multidisciplinar, e que englobe a ecologia social mais ampla.

Pesquisas e conclusões

Os autores dessas revisões identificam como objetivo primário de suas pesquisas a produção de estimativas sobre os efeitos das diferenças entre as experiências de cuidado não parental na infância sobre o desenvolvimento linguístico, cognitivo, social, emocional e físico e o bem-estar da criança, tanto no presente quanto projetado no futuro. As dimensões de experiência que mencionam como importantes incluem a idade em que se inicia o cuidado, o número de horas em que é oferecido, o tipo de cuidador e de contexto, e a qualidade. Qualidade tem sido definida em termos tanto de processo (atividades) como de estrutura (características do educador, tamanho do grupo etc.) e em muitos países varia de deficiente a medíocre.[6-7] Não se espera que os efeitos das variações sejam uniformes; espera-se, antes, que variem com as características das crianças, de suas famílias e dos contextos sociais mais amplos em que vivem. Na verdade, os pesquisadores passaram a ver o cuidado não parental e as experiências em casa como fatores determinados em conjunto.[8]

De maneira geral, as pesquisas nos oferecem motivos para ter esperanças, e minimizam os principais temores. No entanto, essas revisões, em particular, levantam questões sobre a possibilidade de esperarmos benefícios cognitivos e sociais apenas modestos, que podem ser, pelo menos parcialmente, neutralizados por efeitos negativos modestos sobre o comportamento social e a saúde. A meu ver, é desejável uma avaliação mais otimista sobre o potencial do cuidado não parental para a promoção do desenvolvimento, com base em uma revisão um pouco mais ampla das pesquisas, com maior ênfase em educação.

Até o momento, os efeitos positivos imediatos e mais duradouros da qualidade do cuidado sobre o desenvolvimento linguístico, cognitivo e o desempenho escolar foram confirmados por resultados convergentes de estudos longitudinais amplos, razoavelmente representativos, e de ensaios menores, com amostragens aleatórias, com acompanhamento de longo prazo.[2,9-13] As contribuições para essa base de conhecimentos incluem revisões meta-analíticas de intervenções e de estudos longitudinais extensos realizados em vários países.[2,14,15] Os resultados negativos nos domínios cognitivo e social encontrados em alguns estudos podem ser atribuídos a limitações inerentes a seu planejamento, a amostras e a medidas. Benefícios têm sido relacionados mais frequentemente à qualidade das creches, e é justificável pesquisar em maior profundidade os efeitos de outros tipos de cuidado.[2] Segundo evidências da literatura educacional mais ampla,[16,17] a qualidade dos educadores e o tamanho do grupo são aspectos importantes para a qualidade. Os resultados relativos à extensão dos benefícios resultantes da qualidade do cuidado são variáveis – pelo menos em alguns domínios –, e talvez sejam mais evidentes para crianças menos favorecidas do que para outras crianças. No entanto, de maneira geral, esses resultados seriam consistentes com as conclusões de estudos educacionais e de intervenção.[11-16]

Há também pesquisas suficientes para concluir que o cuidado não parental não constitui uma ameaça séria para as relações da criança com seus pais ou para o desenvolvimento emocional da criança. A sensibilidade materna é muito mais importante do que as experiências de cuidado não parental no que se refere ao apego; e, em grande parte, a influência dos cuidados prestados pelos pais está relacionada com a influência do cuidado não parental. No entanto, a evidência acumulada mostra que um maior número de horas sob cuidado não parental está associado à maior incidência de problemas comportamentais. O estudo do NICHD confirma essa associação, e esses resultados não são mediados por qualidade.[18] Um estudo recente, e ainda mais amplo, de instituições para crianças em idade pré-escolar, na Inglaterra, produziu resultados até certo ponto semelhantes: crianças que começaram mais cedo a receber cuidados não parentais apresentaram níveis um pouco mais elevados de comportamento antissocial ou ansioso – um efeito reduzido, mas que não foi eliminado por cuidados de melhor qualidade.[19] No mesmo estudo, verificou-se que o início mais precoce do cuidado não parental não afetou outras medidas sociais (como independência e concentração, cooperação e adequação, e sociabilidade com pares), mas melhorou o desenvolvimento cognitivo.

O viés de seleção é um problema potencial para a maioria dos estudos sobre cuidado não parental, uma vez que pode confundir diferenças nas características da criança e da família com

variações nos contextos de cuidado não parental. O viés de seleção é especialmente preocupante em pesquisas que relacionam o cuidado não parental a problemas de comportamento, porque é plausível que a causalidade opere na direção inversa. É possível que crianças com altos níveis de comportamento antissocial sejam colocadas sob cuidados não parentais durante um número maior de horas devido à esquiva dos pais ou à sua esperança de que isso contribua para melhorar os problemas de seus filhos. Nesses casos, são particularmente valiosas abordagens realmente experimentais. Um ensaio aleatório do *Early Head Start* verificou que um grupo de tratamento teve mais horas de cuidado e menos problemas comportamentais nos anos pré-escolares.[20] Outros estudos experimentais com crianças em idade pré-escolar encontraram taxas mais baixas de problemas comportamentais, desordens de conduta, delinquência e criminalidade adulta em sujeitos que haviam recebido cuidados não parentais mais precocemente.[9,21]

Implicações para políticas e desenvolvimento de serviços

Todos os artigos consideram que a qualidade do cuidado frequentemente é baixa, e a principal razão é o custo relativamente alto de serviços de qualidade. Por exemplo, a qualidade do educador tem grande influência sobre a qualidade geral do cuidado e seus benefícios para a criança – um fator que também depende significativamente de compensações.[22] Aparentemente, os pais têm dificuldade em custear ou perceber a necessidade de cuidados de boa qualidade. Há variações entre os países com relação ao entendimento de que o provimento de cuidados não parentais de boa qualidade seja responsabilidade do governo, a ser sustentado por regulamentos e financiamento público.[5] Uma vez que o apoio à educação é amplamente reconhecido como uma função apropriada do governo, parece que alguns países ainda não avaliam corretamente o papel educacional do cuidado não parental para as crianças. Análises da relação custo-benefício das intervenções indicam margens amplamente positivas, sugerindo que mesmo benefícios pequenos ou moderados decorrentes da qualidade do cuidado são suficientemente importantes para garantir a regulamentação e o apoio financeiro dos governos em favor de todas as crianças.[23,24]

Uma comparação entre resultados de ensaios clínicos randomizados de intervenção e outros estudos sobre cuidado não parental levanta a preocupação de que estudos não experimentais possam produzir resultados excessivamente pessimistas.[9] Mais especificamente, o viés de seleção pode levar a superestimar os efeitos negativos referentes ao comportamento social. Práticas educacionais deficientes e a falta de preocupação com o currículo podem levar a subestimar os benefícios potenciais de cuidados de boa qualidade em todos os domínios do desenvolvimento. Verificou-se que uma abordagem educacional aos cuidados não parentais afeta

fortemente, por exemplo, o desenvolvimento socioemocional. Mas os estudos sobre cuidados não parentais não examinaram adequadamente de que forma melhorias pedagógicas e orientadas para a intervenção poderiam melhorar os resultados.[25] São necessários ensaios clínicos randomizados nos quais sejam sistematicamente variados e medidos fatores como a população, o cuidado não parental e as características do contexto, de forma a desatar os nós que limitam conclusões claras para políticas e práticas.

Referências

1. Leseman P. Early childhood education and care for children from low-income or minority backgrounds. OECD, 2002 Available at: http://www.oecd.org/dataoecd/48/15/1960663.pdf. Accessed December 1, 2003.
2. NICHD Early Child Care Research Network. Modeling the impacts of child care quality on children's preschool cognitive development. *Child Development* 2003;74(5):1454-1475.
3. Belsky J. Developmental risks (still) associated with early child care. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and allied disciplines* 2001;42(7):845-859.
4. Casper LM, Bianchi SM. *Continuity & change in the American family.* Thousand Oaks, CA: Sage Publications; 2002.
5. Kamerman SB, ed. *Early childhood education and care: International perspectives. The report of a consultative meeting.* New York, NY: The Institute for Child and Family Policy at Columbia University; 2001.
6. Tietze W, Cryer D. Current trends in European early child care and education. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 1999;563:175-193.
7. Goelman H, Doherty G, Lero D, LeGrange A, Tougas J. *You bet I care: Caring and learning environments: Quality in child care centers across Canada*. Guelph, ON: Centre for Families, Work and Well-Being, University of Guelph; 2000.
8. Ahnert L, Lamb ME. Shared care: Establishing a balance between home and child care settings. *Child Development* 2003;74(4):1044-1049.
9. Barnett WS. Early childhood education. In: Molnar A. ed. *School reform proposals: The research evidence.* Greenwich, Conn: Information Age Publishing; 2001:1-26.
10. McKay H, Sinisterra L, McKay A, Gomez H, Lloreda P. Improving cognitive ability in chronically deprived children. *Science* 1978;200(4339):270-278.
11. Peisner-Feinberg ES, Burchinal MS, Clifford R, Culkin M, Howes C, Kagan SL, Yazejian N, Byler P, Rustici J, Zelazo J. *The children of cost, quality and outcomes go to school.* Chapel Hill, NC: University of North Carolina, Frank Porter Graham Child Development Center; 1999.
12. Reynolds AJ. Educational success in high risk settings: Contributions of the Chicago Longitudinal Study. *Journal of School Psychology* 1999;37(4):345-354.
13. Campbell F, Pungello E, Miller-Johnson S, Burchinal M, Ramey C. The development of cognitive and academic abilities: Growth curves from an early childhood experiment. *Developmental Psychology* 2001;37(2):231-242.
14. Leseman PPM, Fahrenfort M, Hermanns JMA, Klaver AW. *De experimentenpovoedingsondersteuning: Leermomenten en toekomstperspectieven*. Den Haag, Neth: Ministerie van VWS; 1998.
15. Sammons P, Sylva K, Melhuish E, Siraj-Blatchford I, Taggart B, Elliot K. *Technical Paper 8a: Measuring the impact of pre-school on children's cognitive progress over the preschool period.* London, UK: Institute of Education, University of London; 2003.

16. Finn JD. Class-size reduction in grades K-3. In: Molnar A, ed. *School reform proposals: The research evidence.* Greenwich, Conn: Information Age Publishing; 2001:27-48.

17. Glass G. Teacher characteristics. In: Molnar A, ed. *School reform proposals: The research evidence.* Greenwich, Conn: Information Age Publishing; 2001:155-174.

18. NICHD Early Child Care Research Network. Does amount of time spent in child care predict socioemotional adjustment during the transition to Kindergarten? *Child Development* 2003;74(4):976-1005.

19. Sammons P, Sylva K, Melhuish E, Siraj-Blatchford I, Taggart B, Elliot K. *Technical Paper 8b: Measuring the impact of pre-school on children's social/behavioural development over the preschool period.* London, UK: Institute of Education, University of London; 2003.

20. Love J, Harrison L, Sagi-Schwartz A, van Ijzendoorn MH, Ross C, Ungerer JA, Raikes H, Brady-Smith C, Boller K, Brooks-Gunn J, Constantine J, Eliason Kisker E, Paulsell D, Chazan-Cohen R. Child care quality matters: How conclusions may vary with context. *Child Development* 2003;74(4):1021-1033.

21. Raine A, Mellingen K, Liu J, Venables P, Mednick S. Effects of environmental enrichment at ages 3-5 years on schizotypal personality and antisocial behavior at ages 17 and 23 years. *American Journal of Psychiatry* 2003;160(9):1627-1635.

22. Barnett WS. *Better teachers, better preschools: Student achievement linked to teacher qualifications.* New Brunswick, NJ: NIEER; 2003. Issue 2.

23. Barnett WS. *Lives in the balance: Age-27 benefit-cost analysis of the High/Scope Perry Preschool Program.* Ypsilanti, MI: High/Scope Educational Research Foundation; 1996.

24. Masse LN, Barnett WS. A benefit-cost analysis of the Abecedarian early childhood intervention. National Institute for Early Education Research (NIEER) Web site. Available at: http://nieer.org/resources/research/AbecedarianStudy.pdf. Accessed May 30, 2011.

25. Schweinhart LJ, Weikart DP. *Lasting differences: The High/Scope Preschool Curriculum Comparison Study through age 23.* Ypsilanti, MI: High/Scope Educational Research Foundation; 1996.

Sistemas de Educação e Cuidado na Primeira Infância nos países da OCDE: questões de tradição e governança

John Bennett, M.Ed., PhD[b]

Julho 2008

Introdução

A série de análises de políticas realizada pela Diretoria de Educação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE - *Organization for Economic Cooperation and Development*[a]), entre 1998 e 2006 mostrou que a organização dos sistemas dirigidos à primeira infância é extremamente variável entre os países ricos. No entanto, emergem dessa diversidade padrões distintos de governança.[1,2] O texto a seguir descreverá brevemente duas abordagens tradicionais da governança de sistemas, a saber, por meio de gestão integrada (sob a responsabilidade de um ministério ou de uma agência) ou gestão dividida. A adoção de uma ou outra abordagem diz muito sobre a compreensão sobre a primeira infância em um país, e sobre o valor relativo atribuído pelos governos à formulação de políticas, ao financiamento e à regulamentação nesse campo.

Uma história resumida

Por razões históricas, as políticas relativas a "cuidados" e "educação" de crianças pequenas desenvolveram-se separadamente na maioria dos países. Resumindo, uma situação complexa assumiu diversas formas em diferentes países: a partir pelo menos do século 18, muitas cidades europeias criaram instituições para prestar cuidados a crianças abandonadas ou em situação de risco. Essas instituições – frequentemente de natureza religiosa ou filantrópica – cuidavam de crianças de famílias pobres ou não funcionais. No século 19, ocorreu um novo desenvolvimento: os estados-nação começaram a criar "escolas infantis" para crianças na fase anterior ao ingresso na escola, por exemplo, na Suécia, a partir de 1836, e na França, em 1881.[c] Os objetivos das duas instituições eram diferentes: cuidar de crianças era visto como um exercício de proteção social, enquanto as escolas infantis tinham propósitos educacionais, sendo criadas para oferecer uma oportunidade educacional inicial para os filhos das classes mais abastadas e/ou introduzir no idioma e na cultura nacional oficial crianças que falavam um segundo idioma, ou patoá. Com a

emergência do estado moderno e a extensão de sua responsabilidade com relação às crianças mais jovens, os serviços de cuidados foram atribuídos a ministérios da saúde ou sociais, e as escolas “infantis” ou “júnior”, atribuídas a ministérios de instrução ou de educação pública. Essa divisão de responsabilidades permaneceu como a situação de governança de facto em muitos países da OCDE.

Diferentemente da maioria dos demais países, os países nórdicos deram um novo desenvolvimento a seus sistemas relativos à primeira infância no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. A partir da década de 1950, um número crescente de mulheres passou a acessar o mercado de trabalho nesses países, havendo, consequentemente, uma demanda crescente por serviços de cuidados não parentais. Uma vez que tanto as escolas infantis como os serviços sociais originais de cuidados eram administrados em nível local, as administrações locais – por uma questão de eficiência – reuniram esses serviços sob a responsabilidade de gestores de relações sociais. Surgiu então um novo setor integrado, administrado em nível nacional pelo ministério de relações sociais. No mesmo período, um desenvolvimento paralelo ocorreu também na zona de influência soviética, onde os países integraram os serviços de atendimento à criança, frequentemente sob o ministério da educação. Mais recentemente, outros países seguiram esse modelo. Influenciados pela preocupação crescente com a formalização da noção de aprendizagem ao longo da vida, Islândia (1976), Nova Zelândia (1989), Espanha (1990), Eslovênia (1993), Suécia (1996), Inglaterra e Escócia (1998), Noruega (2005) e Holanda (2007) trouxeram o atendimento à primeira infância para o âmbito da educação, com maior ou menor sucesso, dependendo do país.

Consequências do sistema dividido de governança

Em sistemas divididos, a responsabilidade pelos serviços é distribuída entre vários ministérios. Aparentemente, essa fragmentação de responsabilidades está mais baseada em divisões tradicionais do governo do que nas necessidades efetivas das famílias e das crianças pequenas. Nos Estados Unidos, por exemplo, o US General Accounting Office observou que, em 1989, 69 programas federais ofereciam ou financiavam programas de educação e cuidados para crianças menores de 5 anos de idade. Nove agências e departamentos federais diferentes administravam esses programas, embora muitos deles fossem operados pelo Departamento de Saúde e Serviços Humanos e pelo Departamento de Educação.[d,3] De modo geral, as diferenças entre os países da OCDE em relação à conceituação e à promoção de programas são traduzidas em uma organização de serviços em dois níveis: “cuidados”, para crianças mais jovens, seguido de

“educação pré-primária” para crianças de 3, 4 ou 5 anos de idade. Como consequência, o que se verifica frequentemente é uma fragmentação dos serviços e falta de coerência para as crianças e as famílias. Instituições de educação e cuidados na primeira infância diferem significativamente em relação a necessidades de financiamento, procedimentos operacionais, referenciais reguladores, capacitação e qualificação de pessoal.[1]

Essa divisão afeta de modo especial os serviços de cuidados não parentais, que tendem a ser menos desenvolvidos em termos de cobertura; e em alguns países, a atividade de cuidados não parentais é uma colcha de retalhos de provedores privados e cuidadores individuais que atendem a família. Está sempre em questão a disponibilidade de recursos dos pais para custear os programas e, consequentemente, grupos de baixa renda são frequentemente excluídos de serviços institucionais, tais como creches, a menos que existam serviços mantidos pelo governo. Muitas vezes, a equipe – quase exclusivamente feminina – tem pouca qualificação educacional e recebe salários baixos, e nem sempre consegue contratos ou seguros garantidos pela legislação do trabalho. Na área do provimento privado, uma tendência atual é que instituições de menor porte sejam compradas por companhias comerciais maiores, algumas das quais fazem lobby pela redução da regulamentação dessa atividade.

Outro nível de fragmentação dos serviços de cuidados não parentais pode ser observado em governos que veem os cuidados na primeira infância como responsabilidade privada dos pais, e não como responsabilidade pública. Essa tem sido frequentemente a abordagem em economias de mercado liberais (entre os países analisados pela OCDE: Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, Holanda, Irlanda e Reino Unido). De maneira geral, esses países reconhecem a responsabilidade governamental pela educação pré-escolar dos 3 aos 5 anos de idade (dependendo do país), especialmente para crianças com background menos favorecido ou que vivem em situação de risco. Em contraste, os arranjos de cuidados para crianças menores de 3 anos são considerados responsabilidade dos pais e, dependendo da renda e/ou da necessidade de estimular a participação de mulheres no mercado de trabalho, os pais podem ter ou não ajuda para custear o atendimento provido por instituições privadas.[e]

Para melhorar a integração dos serviços de atendimento para crianças do nascimento aos 6 anos de idade, as revisões do Starting Strong, da OCDE, apresentaram as seguintes sugestões aos governos interessados em prover um sistema mais coerente de serviços de atendimento à primeira infância em apoio a pais que trabalham:

- estabelecer um referencial coordenado de políticas para crianças pequenas nos níveis centralizado e descentralizado;
- indicar um ministério líder para crianças pequenas, que se responsabilize pelas políticas gerais, trabalhando ao mesmo tempo em cooperação com outros departamentos e setores;
- adotar uma abordagem de colaboração e participação para a reforma;
- estabelecer vínculos fortes entre os serviços, os profissionais e os pais em cada comunidade.

Serviços integrados

De maneira geral, os países que integram seus serviços sob um ministério ou uma agência conseguem oferecer serviços de melhor qualidade, mais coordenados e orientados para objetivos. Nos países nórdicos, por exemplo, as autoridades municipais garantem a oferta de serviços integrados, seja diretamente, seja por meio de provedores contratados, que precisam seguir regulamentos e normas de qualidade do governo. Os pais dispõem de ampla oferta de serviços altamente subsidiados. Pedadogos com educação superior constituem as equipes das instituições e têm contratos de trabalho e remuneração aproximadamente equivalentes aos de professores da escola primária.

Até este momento, os serviços dos países nórdicos têm evitado as deficiências dos sistemas públicos de educação na primeira infância que, devido à sua conexão íntima com a educação primária, frequentemente têm proporção crianças/equipe muito inadequadas, e que não estão disponíveis em tempo integral e ao longo de todo o ano. Assim, os países nórdicos que transferiram a responsabilidade pelos serviços de atendimento à primeira infância para os ministérios de educação – como ocorreu na Noruega (2005) e na Suécia (1996) – continuam a manter baixa sua proporção crianças/equipe, o que favorece a atenção individual dos pedagogos e o atendimento à criança.

Conclusão

O tipo de estrutura de governança estabelecido tem forte influência sobre a abrangência e a qualidade dos serviços de atendimento à primeira infância de um país. Sistemas divididos implicam frequentemente um setor de cuidados não parentais pouco regulamentado e uma abordagem de “escola júnior” à educação inicial. No setor de cuidados não parentais, a

qualidade do ambiente de aprendizagem muitas vezes é precária, devido à fragilidade da orientação estatal e ainda à baixa qualificação e às más condições de trabalho da equipe. Paralelamente, em sistemas divididos, é possível que o setor de educação destinado à primeira infância seja orientado para objetivos acadêmicos, e seja caracterizado por alta proporção crianças/equipe, além de dedicar pouca atenção às estratégias naturais de aprendizagem da criança. Mesmo em países onde estão sendo feitos esforços significativos para melhorar a qualidade dos sistemas de educação e cuidados na primeira infância, por exemplo, a Bélgica flamenga, é difícil superar o legado do passado. Os sistemas integrados dos países nórdicos parecem oferecer uma abordagem mais equilibrada aos programas de educação e cuidado. Esses países oferecem redes acessíveis e abrangentes para todas as famílias que precisam dos serviços, e sua abordagem ao desenvolvimento e à aprendizagem na infância respeita a idade, os pontos fortes e as necessidades das crianças pequenas.

Referências

1. OECD. *Starting Strong: Early childhood education and care*. Paris, France: OECD; 2001.
2. OECD. *Starting Strong II: Early childhood education and care.* Paris, France: OECD; 2006.
3. US General Accounting Office. *Early education and care: overlap indicates need to assess crosscutting programs.* Washington, DC: US General Accounting Office; 2000. GAO/HEHS-00-78.
4. Neuman MJ. *Governance of early childhood education and care: recent developments in OECD countries*. Early Years 2005;25(2):129-141.

Notas:

a: Os países da OCDE são, em princípio, os países mais ricos do mundo. São 30 países – situados principalmente na Europa, mas também na América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México) e na região da Ásia e Pacífico (Austrália, Coreia do Sul, Japão e Nova Zelândia).

b:Dr. John Bennett liderou o recente projeto da OCDE de revisões sobre políticas para a primeira infância, sendo responsável pela organização das revisões em cada país, pela coleta de informações dos países e pela publicação de seus relatórios nacionais. É também coautor dos dois volumes de Starting Strong, o primeiro1 com a Dra. Michelle Neuman (Estados Unidos) e o segundo2 com a Profa. Collette Tayler (Austrália). Atualmente, é pesquisador-chefe da rede nacional Starting Strong, da OCDE: bennett.paris@gmail.com. As opiniões expressas neste texto são do próprio autor, e não devem ser atribuídas à OCDE ou à Rede Starting Strong, da OCDE.

c: A expressão “escola infantil” é uma designação equivocada. Na verdade, os serviços de cuidados prestavam atendimento a bebês, ou “infantes” (do latim infans, criança que não fala), além de crianças mais velhas, ao passo que a “escola infantil” normalmente matriculava crianças de 4 a 6 anos de idade.

d: Nos EUA, pode ser observado, na última década, um forte movimento pela integração dos serviços. Em maio de 2004, Geórgia criou um departamento governamental integrado de Cuidados e Aprendizagem na Primeira Infância, para responsabilizar-se de maneira mais efetiva pelos diversos serviços estatais de atendimento à primeira infância. Da mesma forma, em abril de 2005, o

estado de Massachussets fundiu a Agência de Prontidão para a Escola, da Secretaria de Educação, com a Agência de Serviços para Cuidados Infantis, consolidando assim uma agência para o atendimento de cuidados e educação na primeira infância. Em 2006, o estado de Washington reuniu, sob um recém-criado Departamento de Aprendizagem Inicial, diversos serviços de educação e cuidados na primeira infância (ECPI), entre os quais o Head Start, cuidados infantis, pré-escola estatal e um pequeno programa de iniciação em leitura. Além disso, diversas estruturas integradas de governança – por exemplo, gabinetes governamentais para a infância, equipes de governança público/privada, conselhos interagências – foram criados para formular políticas de ECPI e supervisionar sua implementação.[4]

e: Deve-se notar que há diferentes graus de envolvimento público com as famílias e as crianças pequenas nas economias liberais. Por exemplo, no Reino Unido, embora sejam mantidos o provimento privado e a concorrência no mercado no setor de cuidados para a infância, o governo subsidia fortemente o acesso à creche para crianças pequenas de famílias de trabalhadores, e planeja regulamentar a qualidade desse cuidado tão rigorosamente quanto no provimento público.

Situação atual da pesquisa sobre efeitos de cuidados não parentais

Kathleen McCartney, PhD.

Harvard University, EUA

Fevereiro 2004

Introdução

Cuidado não parental pode ser definido como o cuidado de crianças pequenas oferecido por adultos que não sejam seus pais. O cuidado não parental informal, prestado por parentes, babás ou outros cuidadores, ocorre normalmente no contexto doméstico (seja na casa da criança ou na casa do cuidador) ao passo que o cuidado formal prestado por cuidadores capacitados ou não capacitados, ocorre no contexto de escolas ou creches.

Do que se trata

Atualmente, o cuidado não parental faz parte da vida das crianças na maioria dos países ocidentais. Mais de 50% das crianças passam pelo menos dez horas semanais sob alguma forma de cuidado não parental no primeiro ano de vida, e mais de 75% das famílias com filhos pequenos depende do cuidado não parental como forma de apoio ao emprego materno. O cuidado não parental formal pode oferecer também educação infantil. Na verdade, em termos de atividades, é difícil fazer distinção entre programas de creches, jardins de infância e pré-escolas.[1]

Problema

O rápido aumento do emprego materno nos últimos 25 anos resultou em um aumento na dependência de cuidados não parentais para crianças pequenas, desde o nascimento até os 5 anos de idade. Esse aumento representa uma transformação dramática nos modos de criar os filhos, e desencadeou preocupações quanto a algum risco potencial do cuidado não parental para o desenvolvimento saudável da criança.

Contexto de pesquisas

Houve três fases na pesquisa sobre cuidado não parental. Na primeira, foram focalizadas comparações simplistas entre crianças sob cuidados não parentais e crianças cuidadas

exclusivamente pela mãe. Esses estudos incorreram em dois problemas: os pesquisadores não conseguiam tirar conclusões definitivas sobre os efeitos do cuidado não parental, porque esses dois grupos de crianças diferiam em inúmeros aspectos; e o cuidado não parental era tratado como uma experiência uniforme. A segunda fase focalizou diferenças na qualidade do cuidado não parental e controlou estatisticamente diferenças pré-existentes entre as famílias. Na terceira fase, essa pesquisa foi ampliada, utilizando modelos sobre influências conjuntas de contextos familiares e de cuidado parental sobre o desenvolvimento da criança.

Questões-chave de pesquisa

Quatro questões motivaram a pesquisa sobre cuidado não parental nos últimos dez anos. A principal delas é se cuidados não parentais prolongados no primeiro ano de vida interferem negativamente na relação de apego entre a mãe e a criança. Por exemplo, alguns teóricos[2] formularam a hipótese de que separações diárias poderiam reduzir as oportunidades de interação e levar a criança a perder a confiança na disponibilidade e na responsividade dos pais. A segunda área de investigação refere-se ao impacto de diferenças na qualidade do cuidado não parental sobre o desenvolvimento da criança, principalmente quanto à prontidão para o ingresso na escola. A terceira questão focaliza o número de horas de cuidado não parental como fator de risco para problemas de comportamento, tais como agressividade. A quarta área de investigação refere-se aos efeitos dos tipos de cuidado não parental que foram pesquisados.

Resultados de pesquisas recentes

Apego mãe-filho

Os primeiros estudos produziram resultados variáveis sobre o risco que cuidados infantis precoces e prolongados representavam para o desenvolvimento de relações de apego seguro. Por esse motivo, o NICHD – National Institute of Child Health and Human Development (Instituto Nacional de Saúde da Criança e Desenvolvimento Humano) lançou o Estudo de Cuidados na Primeira Infância e Desenvolvimento de Jovens – um estudo longitudinal envolvendo 1.350 crianças, do nascimento ao sexto ano do ensino fundamental. Para avaliar as relações de apego das crianças com suas mães, os investigadores utilizaram um procedimento denominado Situação Estranha, que consiste em uma série de separações e reuniões entre o bebê e a mãe na presença de um estranho.[3] Todas as crianças sofrem estresse durante experiências de separação; no entanto, crianças seguras acalmam-se com o retorno da mãe. Foram examinadas as

associações entre segurança e cinco parâmetros de cuidados não parentais, a saber: a idade em que a criança passou a receber esse tipo de cuidado; a continuidade do cuidado; o tipo de cuidado; a qualidade do cuidado; e a quantidade de cuidado. Nenhuma das associações foi significativa. Como seria de esperar, o preditor da segurança do apego foi a sensibilidade materna.

Qualidade do cuidado não parental

A qualidade do cuidado não parental pode ser avaliada por meio de características estruturais do contexto de prestação de cuidados. Por exemplo, proporção adulto/criança, tamanho dos grupos, formação e capacitação dos cuidadores. Essas variáveis são relevantes em termos de políticas, uma vez que os governos podem regulamentar – e efetivamente regulamentam – os programas de cuidados não parentais. Por exemplo, nos países ocidentais, de maneira geral, se aceita como limiar de qualidade uma relação de três ou quatro crianças por cuidador. A qualidade do cuidado não parental pode ser avaliada também com base em observação de comportamentos que refletem interações positivas entre as crianças e os cuidadores, bem como com os pares de idade. Em creches de boa qualidade, os educadores são sensíveis e responsivos às necessidades das crianças, oferecem um ambiente linguisticamente rico, organizam atividades que promovem o desenvolvimento e estimulam as crianças a ter comportamento pró-social.

Em estudos avançados, controlados, na tentativa de isolar a importância de cuidados não parentais, os efeitos de diferenças entre os contextos familiares das crianças são controlados estatisticamente. Os resultados de um grande número de estudos demonstram que a qualidade do cuidado não parental faz diferença. Na verdade, a importância da qualidade do cuidado não parental é um dos achados mais sólidos da psicologia do desenvolvimento. Crianças que vivenciam cuidados não parentais de alta qualidade obtêm escores mais altos em testes de desempenho e linguagem, apresentam mais habilidades sociais e menos problemas comportamentais.4 O cuidado não parental funciona também como intervenção para filhos de famílias de risco. Filhos de famílias com menos recursos econômicos que frequentam programas de boa qualidade ingressam na escola com habilidades que melhoram suas chances de sucesso acadêmico.

Número de horas sob cuidados não parentais

Embora a literatura apresente resultados variáveis, há evidências crescentes de que o número de horas sob cuidados não parentais pode constituir um fator de risco para o desenvolvimento de problemas comportamentais, entre os quais a agressividade. Alguns pesquisadores associam esse risco particularmente com o cuidado não parental de bebês;[5] no entanto, outros pesquisadores não conseguiram replicar esses resultados, ainda que utilizando o mesmo conjunto de dados.[6] Os pesquisadores do NICHD verificaram que quanto mais tempo as crianças passavam em qualquer um entre diferentes tipos de arranjos de cuidado não materno nos primeiros anos de vida[4,5], maior a incidência de problemas comportamentais de externalização (isto é, agressão e desobediência) e de conflitos com adultos aos 54 meses de vida e na idade pré-escolar.[7] Surpreendentemente, esses resultados não variam em função da qualidade do cuidado. É importante ressaltar que os efeitos são relativamente discretos, que a maioria das crianças com experiências de cuidado não parental prolongado não apresenta problemas de comportamento, e que a direção desses efeitos não é clara – em outras palavras, os pais que têm filhos mais difíceis podem colocá-los sob cuidados não parentais durante um número maior de horas. Em trabalhos futuros, será importante identificar os processos por meio dos quais o tempo sob cuidados não parentais poderia constituir um risco. Por exemplo, alguns pesquisadores especularam que grupos grandes de crianças (com exposição a muitos parceiros) podem aumentar a frequência de comportamentos de externalização que não são percebidos pelos cuidadores e, portanto, não são corrigidos.

Tipo de cuidado

Há vantagens e desvantagens associadas a arranjos formais, como as creches. Há evidências consistentes de que arranjos mais formais com maior número de crianças envolvem riscos para a saúde. Crianças que frequentam creches e outras instituições de cuidados coletivos têm taxas mais altas de doenças infantis contagiosas, entre as quais infecções no ouvido, doenças respiratórias e gastrointestinais.[8] Arranjos mais formais promovem também habilidades de preparação para a escola.[9]

Conclusões

A principal conclusão a respeito de cuidados não parentais é que seus efeitos são complexos e variam principalmente em função da qualidade do cuidado oferecido. Em outras palavras, é a qualidade do cuidado não parental que determina se esse tipo de cuidado envolve riscos para as crianças, as protege quando vivem em lares menos favorecidos, ou promove bons resultados de

desenvolvimento. Há alguns indícios de que diferenças individuais entre as crianças quanto a características como temperamento, curiosidade, habilidade cognitiva e gênero influenciam a maneira pela qual vivenciam o cuidado não parental, embora sejam necessárias mais pesquisas sobre essas variáveis. Na maioria dos estudos, as variáveis familiares normalmente são melhores preditores do desenvolvimento da criança do que as variáveis ligadas ao cuidado não parental. Na verdade, o efeito do cuidado não parental depende frequentemente de fatores familiares. Por exemplo, cuidados não parentais de boa qualidade podem proteger contra as influências negativas da depressão materna em relação ao desenvolvimento social e emocional das crianças. As famílias que enfrentam a decisão sobre arranjos de cuidados não parentais podem tranquilizar-se: já é do conhecimento geral que, no final das contas, o que faz mais diferença é o cuidado que oferecem a seus filhos.

Implicações

Programas de cuidado não parental de boa qualidade promovem o desenvolvimento intelectual, linguístico e social da criança. Entretanto, a maioria das crianças não tem acesso a eles, uma vez que seus pais não podem arcar com os custos.[10] Pesquisadores continuam a expressar sua preocupação com o fato de que, em sua maioria, as instituições que oferecem cuidados não parentais não atendem a padrões de qualidade. Por exemplo, no estudo do NICHD sobre cuidado não parental inicial, 56% dos contextos observados ofereciam cuidados de baixa qualidade.[11] As evidências sobre má qualidade não causam surpresa, considerando que, de modo geral, os membros da equipe de cuidadores não recebem capacitação e são mal-remunerados. Esforços de políticas sociais para a melhoria da qualidade de cuidados não parentais estão em andamento na maioria dos países ocidentais. Os esforços vão desde a capacitação dos educadores até regulamentos mais estritos para programas subsidiados, especialmente para famílias com poucos recursos econômicos. Para que esses programas sejam bem-sucedidos, é preciso que os governos se disponham a investir em programas de cuidados e educação para crianças pequenas. Análises da relação custo-benefício sugerem que esses investimentos resultarão em melhor desempenho escolar no futuro.[12]

Referências

1. National Research Council. *Eager to learn: Educating our preschoolers*. Washington, DC: National Academy Press; 2001.
2. Sroufe LA. A developmental perspective on daycare. *Early Childhood Research Quarterly* 1988;3(3):283-291.
3. NICHD Early Child Care Research Network. The effects of child care on infant-mother attachment security: Results of the NICHD study of early child care. *Child Development* 1997;68(5):860-879.

4. Lamb M. Nonparental child care: Context, quality, correlates, and consequences. In: I. Sigel I, Renniger K, eds. *Handbook of child psychology: Vol. 4. Child psychology in practice.* 5th ed. New York, NY: Wiley; 1998:73-134.
5. Baydar N, Brooks-Gunn J. Effects of maternal employment and child care arrangements on preschoolers' cognitive and behavioral outcomes: Evidence from the children of the national longitudinal survey of youth. *Developmental Psychology* 1991;27(6):932-945.
6. Ketterlinus RD, Henderson SH, Lamb ME. Les effets du type de garde de l'emploi maternel et de l'estime de soi sur le comportement des enfants [The effect of type of child care and maternal employment on children's behavioral adjustment and self esteem]. In: Pierrehumbert B ed. *L'accueil du jeune enfant: Politiques et recherches dans les différents pays* [Child care in infancy: Policy and research issues in different countries]. Paris, France: Les Editions Sociales; 1992:150-163.
7. NICHD Early Child Care Research Network. Does amount of time spent in child care predict socioemotional adjustment during the transition to kindergarten? *Child Development* 2003;74(4); 976-1005.
8. Johansen A, Leibowitz A, Waite L. Child care and children's illnesses. *The American Journal of Public Health* 1988; 78: 1175-1177.
9. NICHD Early Child Care Research Network. Early child care and children's development prior to school entry: Results from the NICHD Study of Early Child Care. *American Educational Research Journal* 2002;39(1):133-164.
10. Helburn SW, Bergmann BR. *America's Child Care Problem.* New York, NY: Palgrave; 2002.
11. NICHD Early Child Care Research Network. The interaction of child care and family risk in relation to child development at 24 and 36 months. *Applied Developmental Science* 2002;6(3):144-156.
12. Barnett WS. Long-term effects on cognitive development and school success. In: Barnett WS, Boocock SS, eds. *Early care and education for children in poverty: Promises, programs, and long-term results.* Albany, NY: State University of New York; 1998:11-44.

Cuidados não parentais e seu impacto sobre o desenvolvimento de crianças pequenas

Ellen S. Peisner-Feinberg, PhD.

FPG Child Development InstituteUniversity of North Carolina at Chapel Hill, EUA

Fevereiro 2004

Introdução

Nas últimas recentes décadas, à medida que aumentaram as taxas de participação de mães de crianças pequenas na força de trabalho, o mesmo ocorreu com a utilização de cuidados não parentais, incluindo tanto o cuidado em creches como em serviços de cuidados não parentais oferecidos por outras famílias em suas próprias casas. Atualmente, a maioria das crianças pequenas recebe cuidados não parentais com regularidade antes de ingressar na escola: as taxas de cuidados não parentais para crianças em idade pré-escolar são atualmente mais altas do que para bebês e crianças pequenas. Estimativas recentes indicam que quase dois terços das crianças americanas na faixa etária de 3 a 5 anos frequentam regularmente alguma instituição de cuidados não parentais antes do jardim de infância.[1] Diante dessas altas taxas de utilização de cuidados não parentais, tanto os pais quanto os profissionais tentaram compreender o impacto dessas experiências sobre o desenvolvimento cognitivo e social das crianças.

Do que se trata

Uma vez que o desenvolvimento das crianças é influenciado pelos múltiplos ambientes com que se deparam,[2] entre os quais o contexto familiar e os contextos de cuidado não parental, tem havido um interesse crescente nas pesquisas sobre os efeitos que experiências de cuidados não parentais exercem sobre o desenvolvimento. Além disso, a qualidade do cuidado não parental nos Estados Unidos fica aquém dos padrões recomendados pelos profissionais que se ocupam da primeira infância,[3-6] o que gera preocupações sobre a forma pela qual a qualidade desses ambientes afeta o desenvolvimento das crianças. Acompanhando o interesse generalizado em promover habilidades de prontidão para a escola, muitos estudos examinaram até que ponto as diferenças de qualidade das experiências de cuidados não parentais de crianças em idade pré-escolar influenciam as habilidades cognitivas e sociais das crianças durante os anos pré-escolares, durante a transição para a escola e nos primeiros anos de escolarização. O exame da

qualidade do cuidado não parental levou em conta uma variedade de fatores, entre os quais práticas de sala de aula (por exemplo, materiais, atividades, organização diária) relacionamento educador/crianças (por exemplo, sensibilidade do educador, afetuosidade e intimidade de sua relação com a criança) e qualificações do educador (por exemplo, nível de formação e capacitação).

Problemas

Uma das dificuldades para examinar o impacto da qualidade do cuidado não parental é a questão dos critérios de seleção pela família. As famílias escolhem o tipo de cuidado não parental que utilizam, e famílias com características diferentes podem escolher diferentes tipos e qualidades de cuidados. Em particular, os estudos sugeriram que famílias com melhor condição socioeconômica tendem a escolher arranjos de cuidados de melhor qualidade para seus filhos.[7-10] Portanto, não é possível afastar completamente os efeitos que a qualidade do cuidado não parental exerce sobre o desenvolvimento infantil dos efeitos gerados pelos fatores familiares. Embora os estudos mais recentes tenham feito ajustes estatísticos para esses critérios de seleção pelas famílias, os efeitos da qualidade do cuidado não parental podem ser subestimados quando as duas ordens de fatores estão altamente correlacionadas.

Uma segunda dificuldade nessa área de pesquisa é a necessidade de estudos longitudinais que também incluam níveis variáveis de qualidade do cuidado não parental, e amostras representativas e de tamanho adequado, para que possam ser examinados os efeitos de mais longo prazo do cuidado não parental sobre o desenvolvimento. Embora existam alguns estudos (merecendo destaque o estudo do Instituto Nacional de Saúde da Criança e Desenvolvimento Humano sobre Cuidado não parental na Infância; e o Estudo sobre o Custo, a Qualidade e os Resultados da Criança em Instituições de Cuidados Infantis) o custo e a complexidade da realização desse tipo de pesquisa limita a disponibilidade desses dados.

Contexto de pesquisa

As evidências sobre os efeitos do cuidado não parental da criança em idade pré-escolar sobre o desenvolvimento derivam de duas diferentes áreas de pesquisa – programas de intervenção precoce para crianças de risco, e cuidado infantil comunitário típico. Embora diversos estudos tenham explorado os efeitos de programas de intervenção precoce no longo prazo, poucos examinaram os efeitos para crianças que frequentam programas comunitários de cuidado não

parental em relação à transição da pré-escola para a escola primária. Vários estudos sobre programas de intervenção precoce encontraram efeitos positivos sobre o desenvolvimento cognitivo e o desempenho acadêmico das crianças no longo prazo, durando até o terceiro ou o quarto ano, e até mais adiante na adolescência e na vida adulta, quanto a indicadores mais amplos de sucesso escolar, tais como repetência, inserção em educação especial, número total de anos de educação e funcionamento intelectual.[9-15] De maneira geral, esses programas de intervenção precoce eram baseados em demonstração de modelos, com alta qualidade e muito intensivos; embora demonstrem claramente efeitos positivos duradouros do acesso a esses programas nos anos pré-escolares, esses estudos não refletem as experiências de cuidado não parental típicas para a maioria das crianças.

Uma segunda área de pesquisa examinou os efeitos de programas típicos de cuidado não parental comunitário utilizados pelas famílias, que podem variar significativamente em termos de qualidade das experiências oferecidas. De maneira mais específica, nas duas últimas décadas desenvolveu-se uma literatura substancial de pesquisa, que examina os efeitos que a qualidade do cuidado não parental para crianças em idade pré-escolar exerce sobre o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança. Estudos recentes incluíram programas de cuidado não parental selecionados entre os existentes nas comunidades locais amostradas, em comparação com os programas de demonstração de modelos incluídos nos estudos anteriores sobre intervenções. As evidências mais sólidas foram obtidas em estudos que examinaram os efeitos da qualidade do cuidado não parental depois de controlar as diferenças em termos de características da criança e do ambiente familiar, tais como: status socioeconômico, nível de educação da mãe, estrutura familiar, gênero ou etnia, levando em consideração diferenças relacionadas tanto à seleção do tipo de cuidado não parental quanto aos resultados de desenvolvimento da criança.

Questões-chave de pesquisa

As principais questões de pesquisa nessa área incluem:

1. o nível de qualidade do cuidado não parental na pré-escola tem relação com o desenvolvimento cognitivo e social da criança?

2. por quanto tempo se evidenciam as influências da qualidade desse cuidado?

3. há efeitos diferenciais da qualidade do cuidado não parental sobre resultados do desenvolvimento para crianças que provêm de diferentes backgrounds?

Resultados de pesquisas recentes

Foram realizados estudos nos Estados Unidos e em outros países, entre os quais Canadá, Bermuda e Suécia, visando examinar questões relativas aos efeitos da qualidade do cuidado não parental sobre o desenvolvimento da criança; tanto no curto prazo, durante os anos pré-escolares; quanto em mais longo prazo, na escola primária. Os estudos relatados a seguir examinaram os efeitos da qualidade do cuidado não parental depois de realizar ajustes para fatores de seleção pelas famílias, de forma a desvincular as relações entre a seleção de determinado tipo ou qualidade de cuidado e os efeitos do próprio cuidado.

Embora haja relativamente poucos estudos longitudinais, diversos estudos encontraram associações positivas entre a qualidade do cuidado não parental e o desenvolvimento cognitivo e a competência social das crianças nos anos pré-escolares.[3,5,8,16-26] Esses estudos sugerem que crianças que frequentam arranjos de cuidados de melhor qualidade durante os anos pré-escolares evidenciam melhores habilidades cognitivas e sociais durante esse período, depois de consideradas as diferenças em características do ambiente familiar que também se relacionam com o desenvolvimento da criança.

Alguns estudos abordaram essa questão longitudinalmente em relação ao cuidado não parental na idade pré-escolar, examinando as influências da qualidade do cuidado sobre o desenvolvimento cognitivo e social no longo prazo. Alguns estudos encontraram associações positivas modestas entre a qualidade do cuidado na fase pré-escolar e habilidades cognitivas de crianças em idade escolar.[27,28] Foram encontradas menos associações no longo prazo quanto ao desenvolvimento social, embora alguns estudos tenham verificado que cuidados de melhor qualidade na fase pré-escolar estão relacionados com mais comportamentos positivos e menos problemas comportamentais nos primeiros anos da escola primária.[29,30]

Embora a maioria dos estudos tenha encontrado influências da qualidade do cuidado não parental sobre os resultados de desenvolvimento das crianças, alguns deles só identificaram pequenos efeitos sobre desenvolvimento cognitivo e social durante os anos pré-escolares,[17,30-32] bem como no mais longo prazo, na escola primária.[33,34] Em alguns casos, a inexistência de efeitos pode ser explicada nesses estudos por questões de amostragem (pouca diferença de qualidade

dos cuidados não parentais e/ou amostras relativamente pequenas) ou, em outros casos, pelos resultados medidos (por exemplo, comportamentos participação muito baixa, como retraimento social).

Outro interesse é verificar se os efeitos da qualidade do cuidado não parental sobre os resultados de desenvolvimento das crianças são mais acentuados em certos grupos de crianças, como aquelas que podem estar correndo maior risco de desenvolvimento abaixo do desejável. São poucos os estudos que examinaram a questão sobre a relação entre qualidade do cuidado não parental e resultados de desenvolvimento das crianças e é ainda menor o número de estudos que acompanharam as crianças até a escola primária. Embora as diferenças não tenham sido verificadas de maneira consistente em todos os estudos, os resultados nessa área são variáveis, com alguma evidência de efeitos mais acentuados para crianças que correm riscos maiores nos anos pré-escolares[20,35-37] e escolares.[28] Por outro lado, outros estudos não encontraram efeitos diferenciais da qualidade do cuidado não parental para crianças de maior risco.[21,23] No entanto, tendo em vista a probabilidade de que crianças que correm maior risco recebam cuidados não parentais de qualidade inferior, essa questão merece novas considerações.

Conclusões

As evidências de pesquisas sustentam a afirmação de que o cuidado não parental de melhor qualidade está relacionado a um melhor desenvolvimento cognitivo e social da criança. Embora esses efeitos variem de modestos a moderados, são identificáveis mesmo depois do ajuste de fatores de seleção pelas famílias, relacionados tanto à qualidade do cuidado como aos resultados apresentados pelas crianças. Inúmeros estudos encontraram efeitos no curto prazo da qualidade do cuidado não parental sobre o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças na fase pré-escolar. Também foram encontrados efeitos de mais longo prazo, durando até os primeiros anos da escola primária, embora tenham sido feitos menos estudos longitudinais para examinar essa questão. Além disso, esses resultados indicam que as influências da qualidade do cuidado não parental são importantes para as crianças independentemente de seu background.

Embora alguns estudos tenham encontrado efeitos ainda mais acentuados para crianças de backgrounds menos favorecidos – o que sugere que a questão pode ser ainda mais crítica para crianças que já correm risco de fracasso escolar –, os resultados indicam que crianças de backgrounds mais favorecidos também são influenciadas pela qualidade do cuidado.

Implicações

Em conjunto, esses dados sugerem que políticas que promovem cuidados não parentais de boa qualidade nos anos pré-escolares são importantes para todas as crianças. Outras pesquisas sugerem que o cuidado de boa qualidade é dispendioso; está associado a equipes adequadamente formadas e capacitadas, com baixa proporção adulto/criança, baixa rotatividade, bons salários e liderança efetiva.[3,4,38] Diante dos altos custos e da relativa escassez de cuidados de boa qualidade, é preciso considerar tanto a disponibilidade quanto a viabilidade financeira do provimento de cuidados. As políticas mais bem-sucedidas precisarão levar em conta todos esses fatores, de forma que cuidados de boa qualidade sejam uma opção realista para todas as crianças. Dadas as altas taxas de utilização de cuidados não parentais nos anos pré-escolares, esse investimento pode ser uma alternativa importante a ser explorada para a melhoria da prontidão das crianças para a escola e para o sucesso escolar.

Referências

1. West J, Wright D, Hausken EG. *Child care and early education program participation of infants, toddlers, and preschoolers*. Washington, DC: US Department of Education, National Center for Education Statistics; 1995. Disponible sur le site: http://nces.ed.gov/pubsearch/pubsinfo.asp?pubid=95824. Page consultée le 21 janvier 2004.
2. Bronfenbrenner U, Morris PA. The ecology of developmental processes. In: Lerner RM, ed. *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development*. Vol 1. New York, NY: Wiley; 1998. Damon W, ed. Handbook of child psychology: 993-1028
3. Whitebook M, Howes C, Phillips D. *Who cares? Child care teachers and the quality of care in America*. Final report of the National Child Care Staffing Study. Oakland, Calif: Child Care Employee Project; 1989.
4. Cost, Quality, and Outcomes Study Team. *Cost, quality and child outcomes in child care centers*. Denver, Colo: Economics Department, University of Colorado at Denver; 1995.
5. Kontos S, Howes C, Shinn M, Galinsky E. *Quality in family child care & relative care*. New York, NY: Teachers College Press; 1995.
6. Characteristics and quality of child care for toddlers and preschoolers. *Applied Developmental Sciences* 2000;4(3):116-135.
7. Lazar I, Darlington R, Murray H, Royce J, Snipper A. Lasting effects of early education: A report from the Consortium for Longitudinal Studies. *Monographs of the Society for Research in Child Development* 1982;47(2 suppl. 3):1-151.
8. Dunn L. Proximal and distal features of day care quality and children's development. *Early Childhood Research Quarterly* 1993;8(2):167-192.
9. Schweinhart LJ, Barnes HV, Weikart DP. *Significant benefits: The High/Scope Perry Preschool Study through age 27*. Ypsilanti, Mich: High/Scope Press; 1993.
10. Burchinal MR, Nelson L. Family selection and child care experiences: Implications for studies of child outcomes. *Early Childhood Research Quarterly* 2000;15(3):385-411.
11. Campbell FA, Ramey CT. Effects of early intervention on intellectual and academic achievement: A follow-up study of children from low-income families. *Child Development* 1994;65(2):684-698.

12. Burchinal MR, Campbell FA, Bryant DM, Wasik BH, Ramey CT. Early intervention and mediating processes in cognitive performance of children of low-income African American families. *Child Development* 1997;68(5):935-954.

13. Ramey CT, Campbell FA, Burchinal M, Skinner M, Gardner D, Ramey SL. Persistent effects of early childhood education on high-risk children and their mothers. *Applied Developmental Sciences* 2000;4(1):2-14.

14. Campbell FA, Pungello EP, Miller-Johnson S, Burchinal M, Ramey CT. The development of cognitive and academic abilities: Growth curves from an early childhood educational experiment. *Developmental Psychology* 2001;37(2):231-242.

15. Campbell FA, Ramey CT, Pungello EP, Miller-Johnson S, Sparling JJ. Early childhood education: Young adult outcomes from the Abecedarian Project. *Applied Developmental Science* 2002;6(1):42-57.

16. Phillips D, McCartney K, Scarr S. Child care quality and children's social development. *Developmental Psychology* 1987;23(4):537-543.

17. Kontos SJ. Child care quality, family background, and children's development. *Early Childhood Research Quarterly* 1991;6(2):249-262.

18. Schliecker E, White DR, Jacobs E. The role of day care quality in the prediction of children's vocabulary. *Canadian Journal of Behavioural Science* 1991;23(1):12-24.

19. Bryant DM, Burchinal M, Lau LB, Sparling JJ. Family and classroom correlates of Head Start children's developmental outcomes. *Early Childhood Research Quarterly* 1994;9(3-4):289-304.

20. Peisner-Feinberg ES, Burchinal MR. Relations between preschool children's child care experiences and concurrent development: The Cost, Quality, and Outcomes Study. *Merrill-Palmer Quarterly* 1997;43(3):451-477.

21. National Institute of Child Health and Human Development Early Child Care Research Network. Early child care and self-control, compliance, and problem behavior at 24 and 36 months. *Child Development* 1998;69(4):1145-1170.

22. Burchinal MR, Roberts JE, Riggins R, Zeisel SA, Neebe E, Bryant D. Relating quality of center-based child care to early cognitive and language development longitudinally. *Child Development* 2000;71(2):338-357.

23. National Institute of Child Health and Human Development Early Child Care Research Network. The relation of child care to cognitive and language development. *Child Development* 2000;71(4):960-980.

24. Clarke-Stewart KA, Lowe-Vandell D, Burchinal M, O'Brien M, McCartney K. Do regulable features of child-care homes affect children's development? *Early Childhood Research Quarterly* 2002;17(1):52-86.

25. National Institute of Child Health and Human Development Early Child Care Research Network. Early child care and children's development prior to school entry: Results from the NICHD Study of Early Child Care. *American Educational Research Journal* 2002;39(1):133-164.

26. National Institute of Child Health and Human Development Early Child Care Research Network. Does quality of child care affect child outcomes at age 4 1/2? *Developmental Psychology* 2003;39(3):451-469.

27. Broberg AG, Wessels H, Lamb ME, Hwang CP. Effects of day care on the development of cognitive abilities in 8-year-olds: A longitudinal study. *Developmental Psychology* 1997;33(1):62-69.

28. Peisner-Feinberg ES, Burchinal MR, Clifford RM, Culkin ML, Howes C, Kagan SL, Yazejian N. The relation of preschool child-care quality to children's cognitive and social developmental trajectories through second grade. *Child Development* 2001;72(5):1534-1553.

29. Jacobs EV, White DR. The relationship of child-care quality and play to social behavior in the kindergarten. In: Goelman H, Jacobs E, eds. *Children's play in child care settings*. Albany, NY: State University of New York Press; 1994:85-101.

30. Clarke-Stewart KA, Gruber CP. Day care forms and features. In: Ainslie RC, ed. *The child and the day care setting*. New York, NY: Praeger; 1984:35-62.

31. Goelman H, Pence AR. Effects of child care, family and individual characteristics on children's language development: The Victoria day care research project. In: Phillips DA, ed. *Quality in child care: What does the research tell us?* Washington, DC: National Association for the Education of Young Children; 1987.

32. Kontos S, Fiene R. Child care quality, compliance with regulations, and children's development: The Pennsylvania Study. In: Phillips DA, ed. *Quality in child care: What does the research tell us?* Washington, DC: National Association for the Education of Young Children; 1987.

33. Chin-Quee DS, Scarr S. Lack of early child care effects on school-age children's social competence and academic achievement. *Early Development and Parenting* 1994;3(2):103-112.

34. Deater-Deckard K, Pinkerton R, Scarr S. Child care quality and children's behavioral adjustment: A four-year longitudinal study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines* 1996;37(8):937-948.

35. Burchinal MR, Peisner-Feinberg ES, Bryant DM, Clifford RM. Children's social and cognitive development and child-care quality: Testing for differential associations related to poverty, gender, or ethnicity. *Applied Developmental Science* 2000;4(3):149-165.

36. Hagekull B, Bohlin G. Day care quality, family and child characteristics and socioemotional development. *Early Childhood Research Quarterly* 1995;10(4):505-526.

37. National Institute of Child Health and Human Development Early Child Care Research Network. The interaction of child care and family risk in relation to child development at 24 and 36 months. *Applied Developmental Science* 2002;6(3):144-156.

38. Phillipsen LC, Burchinal MR, Howes C, Cryer D. The prediction of process quality from structural features of child care. *Early Childhood Research Quarterly* 1997;12(3):281-303.

Experiência inicial em creche e segurança do apego mãe-bebê

Jay Belsky, PhD.

Institute for the Study of Children, Families and Social Issues, Birkbeck University of London, Reino Unido

Outubro 2009

Introdução

Os possíveis efeitos de cuidados não parentais sobre o desenvolvimento da criança e, caso existam, de que forma ocorrem, têm sido foco de interesse permanente para pais, formuladores de políticas e pesquisadores do desenvolvimento. Desde que Bowlby[1] formulou a teoria do apego, o pensamento derivado dela levou alguns a supor que o cuidado em creches, especialmente quando iniciado nos primeiros anos de vida, prejudicaria a segurança das relações de apego criança-pais. Para alguns, isso ocorreria porque a frequência à creche implica separar a criança da mãe (ou de outro cuidador principal), e a separação da figura de apego seria inerentemente estressante. A separação poderia prejudicar também a capacidade da própria mãe de prover cuidado sensível, que é o principal fator determinante da segurança, e assim promover indiretamente a insegurança, ou seja, separação→insensibilidade→insegurança. Uma última razão para a expectativa de uma relação entre a creche e a segurança do apego seria o fato de a segurança refletir o bem-estar emocional geral, de modo que efeitos adversos da creche para bebês haveriam de se manifestar como apego inseguro.

Contexto

A pesquisa inicial sobre a relação entre creche e apego, realizada frequentemente com crianças entre 3 e 5 anos de idade, não produziu qualquer evidência convincente em favor da alegação de que a creche prejudicaria a segurança.[2] No entanto, em meados da década de 1980, estudos realizados com crianças muito mais jovens começaram a relatar relações entre creche e insegurança, avaliada pelo Procedimento da Situação Estranha (por exemplo, Barglow, Vaughn e Molitar[3]). Isto levou Belsky[4,5,6] a concluir que o cuidado em creche, especialmente quando iniciado no primeiro ano de vida e em regime integral, ou quase integral,[7] constituiria um “fator de risco” para o desenvolvimento de apego inseguro na primeira infância – e de agressividade e

desobediência em crianças de 3 a 8 anos de idade.

Essa conclusão não ficou imune a questionamentos. Uma das críticas foi que a aparente influência que o cuidado precoce e prolongado em creche exerceria sobre a insegurança era consequência de outros fatores explicativos (por exemplo, renda familiar) que não estavam sendo adequadamente considerados nas pesquisas existentes.[8] Outra crítica foi que o fator influente seria a qualidade precária dos cuidados (não mensurada), e não o momento e a quantidade de cuidados.[9] E uma terceira crítica diz respeito ao

Questões de pesquisa

No entanto, todos concordavam quanto à necessidade de mais pesquisas para esclarecer em que condições a experiência de cuidados em creche em idade precoce prejudicava ou não – ou promovia – a segurança do apego. Considerava-se particularmente importante: (a) levar em consideração fatores da criança, dos pais e do background familiar que poderiam ser responsáveis por quaisquer efeitos atribuídos aos cuidados não parentais; (b) diferenciar e deslindar efeitos potenciais de aspectos distintos da experiência de cuidado não parental, particularmente qualidade, quantidade e tipo de cuidado, por exemplo, cuidados providos em casa ou na instituição; e (c) determinar se a creche estava associada a menos reações de angústia diante de separações na situação estranha, ou se o comportamento independente estava sendo erroneamente caracterizado como comportamento de esquiva.

Pesquisas recentes

O estudo do NICHD sobre Cuidados na Primeira Infância e Desenvolvimento Juvenil, lançado em 1991 nos EUA, procurou abordar esses e muitos outros aspectos.[11] Acompanhou mais de 1.300 crianças desde o nascimento, no decorrer da escola primária[12] e até a adolescência,[13] aplicando avaliações como o Procedimento da Situação Estranha aos 15 e aos 36 meses de idade.

Depois de levar em consideração uma grande diversidade de fatores potencialmente interferentes, os resultados mostraram-se marcadamente consistentes com a conclusão relativa ao cuidado não parental como fator de risco[14] – ainda que muitos autores defendam o contrário.[15,16] O que normalmente é enfatizado é que nenhum aspecto isolado da experiência de creche em si e por si – a quantidade, o tipo ou a qualidade do cuidado – foi preditivo de segurança do apego, parecendo sugerir que não há efeitos da creche sobre a segurança do apego. No entanto, o que os resultados realmente revelaram foi um fenômeno de “risco dual”.[17] Embora o preditor mais

poderoso de insegurança aos 15 meses de idade fosse, como seria de esperar, o cuidado materno de baixa sensibilidade (observado aos 6 meses e aos 15 meses), esse efeito era amplificado quando qualquer uma das três condições caracterizavam a experiência de cuidado nos primeiros 15 meses de vida: (a) média de mais de dez horas semanais sob qualquer tipo de cuidado, independentemente de sua qualidade; (b) freqüência a mais de um tipo de arranjo de cuidado não parental; e (c) exposição a cuidado de baixa qualidade.

As duas primeiras condições amplificadoras aplicaram-se à maioria das crianças estudadas. Mas apenas a primeira – a duração dos cuidados não parentais – contribuía também para a predição de apego inseguro aos 36 meses,[18] novamente em interação com maternagem pouco sensível.[19] Igualmente importante foi a evidência de que crianças que têm experiência de cuidados em creche por períodos prolongados: (a) não se estressavam menos na situação estranha em comparação com outras crianças (ver também referência 19); e (b) quando apresentavam comportamento supostamente independente, este não era confundido com comportamento de esquiva.[14]

Dois outros estudos com amostras razoavelmente grandes produziram resultados contraditórios em relação aos do estudo americano. Em uma investigação com mais de 700 bebês israelenses, Sagi e colegas[20] verificaram que “a creche, em si e por si, aumentou adversamente a probabilidade de bebês desenvolverem apego inseguro com suas mães em comparação com bebês que estavam sob cuidado materno, ou cuidado individual não parental de um parente, ou cuidado individual não parental de um cuidador remunerado, ou cuidado em creche familiar.” Outros resultados sugeriram que a “baixa qualidade das creches e a alta proporção crianças/cuidador explicavam o maior nível de insegurança do apego em crianças de creche” (ver também referência 16). Em um segundo estudo com 145 bebês primogênitos australianos, Harrison e Unger[21] aprofundaram-se mais no aspecto do emprego materno do que nas características das creches. A retomada do emprego antes de cinco meses após o parto – e, portanto, o recurso mais precoce a cuidados não parentais – foi preditiva de taxas mais baixas de insegurança aos 12 meses de idade em comparação com o retorno ao trabalho mais tarde no decorrer do primeiro ano de vida, ou o não retorno ao trabalho. Em comparação com mães americanas e israelenses, as mães australianas são mais propensas a trabalhar em meio período do que em período integral.

Lacunas da pesquisa

Ainda não está claro por que resultados de locais diferentes produzem achados variáveis. Os motivos podem estar relacionados aos sistemas nacionais mais amplos de cuidado não parental nos quais o cuidado em creches está contextualizado. Parece necessário realizar pesquisas internacionais.

Conclusões

Depois de décadas de debates e estudos, os resultados dos estudos mais amplos sobre creche e apego desacreditam fortemente qualquer alegação de que “não há relação entre cuidado em creche e apego.” Também não são confirmadas as asserções de que o Procedimento da Situação Estranha é metodologicamente inadequado para avaliar os efeitos da creche ou de que, pelo menos nos Estados Unidos, os efeitos adversos da creche sejam simplesmente decorrentes de baixa qualidade do cuidado. No entanto, tendo em vista que os resultados de três estudos em larga escala realizados em locais diferentes variam substancialmente, está claro que, provavelmente, não existem efeitos inevitáveis da creche sobre o apego. Aparentemente, os efeitos dependem dos contextos sociais nos quais a experiência de creche é vivida.

Implicações

A constatação de que os efeitos detectados da experiência de creche sobre a segurança do apego variam substancialmente em diferentes contextos nacionais significa que é arriscado fazer inferências a partir da teoria do apego a respeito de qual seria esse efeito. Em última instância, a creche é um fenômeno multidimensional e, portanto, perguntas como “frequentar creche é bom para bebês (ou crianças pequenas)?” são excessivamente simplistas. É preciso fazer distinção entre a qualidade, o tipo, o momento e a quantidade dos cuidados, e é possível que os efeitos desses aspectos do cuidado não parental variem em função do contexto familiar, comunitário e cultural mais amplo no qual ocorre o serviço. O que não pode ser esquecido em qualquer avaliação sobre os efeitos da creche são considerações humanitárias: quais são os desejos não só das mães, dos pais, dos formuladores de políticas e da sociedade em geral, mas também quais são os desejos das crianças?

Referências

1. Bowlby J. *Attachment and loss*. New York, NY: Basic Books; 1969. *Attachment*. vol 1.
2. Belsky J, Steinberg L. The effects of day care: A critical review. *Child Development* 1978;49(4):929-949.
3. Barglow P, Vaughn B, Molitor N. Effects of maternal absence due to employment on the quality of infant-mother attachment in a low risk sample. *Child Development* 1987;58(4):945-954.

4. Belsky J. Infant day care: A cause for concern? *Zero to Three* 1986;6(4):1-7.
5. Belsky J. The "effects" of infant day care reconsidered. *Early Childhood Research Quarterly* 1988;3(3):235-272.
6. Belsky J. Emanuel Miller Lecture: Developmental risks (still) associated with early child care. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 2001;42(7):845-859.
7. Belsky J, Rovine M. Nonmaternal care in the first year of life and the security of infant-parent attachment. *Child Development* 1988;59(1):157-167.
8. Scarr S, Phillips D, McCartney K. Facts, fantasies, and the future of child care in the United States. *Psychological Science* 1990;1(1):26-35.
9. Phillips D, McCartney K, Scarr S, Howes C. Selective review of infant day care research: A cause for concern. *Zeroto Three* 1987;7:18-21.
10. Clarke-Stewart KA. Infant day care: Maligned or malignant? *American Psychologist* 1989;44(2):266-273.
11. NICHD Early Child Care Research Network, ed. *Child care and child development: Results of the NICHD study of early child care and youth development*. New York, NY: Guilford Press; 2005.
12. Belsky J, Vandell D, Burchinal M, Clarke-Stewart KA, McCartney K, Owen MT and The NICHD early child care research network. Are there long-term effects of early child care? *Child Development* 2007;78(2):681-701.
13. Vandell DL, Belsky J, Burchinal M, Steinberg L, Vandergrift N, the NICHD Early Child Care Research Network. Do effects of early child care extend to age 15 Years? *Child Development*. In press.
14. NICHD Early Child Care Research Network The effects of infant child care on infant-mother attachment security: Results of the NICHD study of early child care. *Child Development* 1997;68(5):860-879.
15. Allhusen VD, Clarke-Stewart KA, Miner JL. Childcare in the United States: Characteristics and consequences. In: Melhuish E, Petrogiannis K, eds. *Early childhood care and education: International perspectives*. London, UK: Routledge; 2008:7-26.
16. Love M, Harrison L, Sagi-Schwartz A, van Ijzendoorn MH, Ross C, Ungerer JA, Raikes H, Brady-Smith C, Boller K, Brooks-Gun JC, Jill K, Ellen E, Paulsell D, Chazen-Cohen R.Child care quality matters: How conclusions may yary with context. *Child Development 2003;*74(4):1021-1033.
17. NICHD Early Child Care Research Network The effects of infant child care on infant-mother attachment security: Results of the NICHD study of early child care. *Child Development* 1997;68(5):876.
18. NICHD Early Child Care Research Network. Child care and family predictors of preschool attachment and stability from infancy. *Developmental Psychology* 2001;37(6):847-862.
19. Belsky J, Braungart J. Are insecure-avoidant infants with extensive day-care experience less stressed by and more independent in the strange situation? *Child Development* 1991;62(3):567-571.
20. Sagi A, Koren-Karie N, Gini M, Ziv Y, Joels T. Shedding further light on the effects of various types and quality of early child care on infant-mother attachment relationship: The Haifa study of early child care. *Child Development* 2002;73(4):1166.
21. Harrison LJ, Ungerer JA. Maternal employment and infant-mother attachment security at 12 months postpartum. *Developmental Psychology* 2002;38(5):758-773.
22. Belsky J, Bakermans-Kranenburg M, van Ijzendoorn M. For Better and for worse: Differential susceptibility to environmental influences. *Current Directions in Psychological Science* 2007;16(6):305-309.
23. Pluess M, Belsky J. Differential susceptibility to rearing experience: the case of childcare. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 2009:50(4):396-404.